

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 34 • 2024



Editor científico: João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2024

Estudos Arqueológicos de Oeiras é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular, sem prejuízo daqueles que possam valorizar o conhecimento das antiguidades oeirenses, para além de contributos sobre a História da Arqueologia e de comunicações apresentadas a reuniões científicas organizadas pelo Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/Câmara Municipal de Oeiras.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Professor Doutor Nuno Bicho (Universidade do Algarve)
- Professor Doutor Alfredo Mederos Martín (Universidade Autónoma de Madrid)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professora Doutora Raquel Vilaça (Universidade de Coimbra)
- Professor Doutor Jorge de Oliveira (Universidade de Évora)
- Professor Doutor Mário Barroca (Universidade do Porto)

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 34 • 2024 ISSN: 0872-6086

DOI: 10.5281/zenodo.12731917

EDITOR CIENTÍFICO – João Luís Cardoso
DESENHO E FOTOGRAFIA – Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO – Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2730-085 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.
É expressamente proibida a reprodução de quaisquer imagens sobre as quais existam direitos de autor sem o prévio consentimento dos signatários dos artigos respectivos.

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS – João Luís Cardoso e Autores

PAGINAÇÃO – César Antunes

IMPRESSÃO E ACABAMENTO – Gráficas Amares, Lda. - Amares - Tel. 253 992 735

DEPÓSITO LEGAL: 97312/96

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DE OEIRAS: O CASO DO POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DE LECEIA, UM LUGAR DE MEMÓRIA

HERITAGE EDUCATION AS AN INSTRUMENT FOR ENHANCING THE ARCHAEOLOGICAL HERITAGE OF OEIRAS: THE CASE OF THE PREHISTORIC SETTLEMENT OF LECEIA, A PLACE OF MEMORY

Ana Vaz¹

Abstract

This article presents a summary of a master's research that proposes innovative solutions for heritage education in the municipality of Oeiras, with a particular focus on the Prehistoric Settlement of Leceia. The research centers on integrating archaeological heritage into local school educational practices, aiming to explore collective memories and strengthen cultural identities. The study also analyzes pedagogical methodologies that use heritage as an educational resource, promoting greater student engagement with the history and culture of their community. The conclusions highlight the importance of an interdisciplinary and collaborative approach for the success of heritage education initiatives, proposing practical strategies for their effective implementation.

Keywords: Heritage, Memory, Identity, Heritage Education, Prehistoric Settlement of Leceia.

1 - INTRODUÇÃO

O presente estudo, correspondente à síntese da dissertação de Mestrado em Estudos do Património realizada na Universidade Aberta pela signatária sob a orientação do Professor Doutor João Luís Cardoso e defendida em junho de 2024. Nele se destaca a Educação Patrimonial como um campo primordial na contemporaneidade, essencial para promover o conhecimento, identificação, valorização e preservação do património cultural. A análise é conduzida a partir da perspetiva de uma docente do Ensino Básico e Secundário, também professora-cooperante no Mestrado em Ensino de História do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Além da vasta experiência educativa, a autora coordena o Clube do Património da Escola Secundária Quinta do Marquês, dedicado à promoção e valorização do património local de Oeiras desde 2005.

A dinâmica observada no funcionamento do clube, em estreito contacto com os jovens alunos, demonstra um crescente interesse pela temática do património, suportado por referências bibliográficas, documentos

¹ Professora do Ensino Básico e Secundário. E. S. Quinta do Marquês. Oeiras. anaschadevaz@gmail.com

históricos e recomendações de organizações europeias e internacionais. Estes elementos sublinham a importância da interação entre educação, património, identidade e memória na formação de comunidades coesas e dinâmicas.

Neste contexto, é urgente uma mudança de mentalidades que não só fortaleça uma identidade coletiva robusta, mas também promova uma participação ativa e inclusiva no desenvolvimento e afirmação das sociedades, sendo primordial para a salvaguarda do património.

O desafio requer uma abordagem ampla que se inicia com a sensibilização familiar e é fortalecida por iniciativas educativas formais no ambiente escolar. As estratégias pedagógicas não formais e informais também desempenham um papel complementar e enriquecedor neste processo.

A investigação foca-se especificamente na importância da Educação Patrimonial, com destaque para o património arqueológico do concelho de Oeiras, particularmente o Povoado Pré-Histórico de Leceia. Propõem-se também ações pedagógicas concretas para fortalecer a cooperação entre o ensino formal e as iniciativas educativas informais em Leceia, promovendo a consciência e o apreço pelo património cultural local.

A metodologia adotada consistiu num estudo de caso, apoiado por uma pesquisa bibliográfica sistemática e avaliação crítica da Educação Patrimonial e do património arqueológico de Leceia. Este método incluiu consultas a especialistas em educação, como o Professor Doutor Miguel Monteiro, contando com o apoio do meu Orientador, o Professor Doutor João Luís Cardoso, além de observações das ações educativas no terreno e análise de fontes primárias relevantes.

O artigo está estruturado em três partes principais: “Em torno do património, identidade e memória”, explorando os conceitos fundamentais para compreender a história e a essência de uma sociedade; “A Educação Patrimonial”, como um processo integrativo nos processos educativos que promove valores de tolerância, união comunitária e desenvolvimento sustentável; e “O Povoado Pré-histórico de Leceia”, destacando a sua importância histórica e as medidas de preservação implementadas para proteger este legado. O impacto positivo do projeto “Oeiras: Regresso às Origens” é enfatizado como um modelo educativo exemplar, enriquecendo a experiência educativa e fortalecendo os laços da comunidade com a sua herança cultural.

Em síntese, urge revitalizar e recontextualizar o património, fomentando experiências educativas significativas que estimulem o interesse, a participação, o respeito e a valorização da cultura local. Desta forma, garantimos a sua preservação para as próximas gerações e fortalecemos a identidade de Oeiras num contexto global em constante mutação.

2 – EM TORNO DO PATRIMÓNIO, IDENTIDADE E MEMÓRIA

O termo “património” tem uma trajetória evolutiva marcada por ressignificações que refletem mudanças profundas nas esferas social, cultural e política ao longo dos séculos. Originário do latim “patrimonium”, associava-se inicialmente à herança familiar na Roma Antiga, referindo-se aos bens privados ou propriedades do “pater”. Este sentido inicial estabelecia uma ligação direta entre património e linhagem familiar, onde a transmissão de bens materiais era central.

Durante a Revolução Francesa no século XVIII, o conceito de património adquiriu uma nova dimensão ao incorporar os bens anteriormente pertencentes ao clero e à aristocracia no domínio público. Esta secularização transformou esses bens em símbolos da memória coletiva e da identidade nacional francesa, sendo inicialmente controversa, mas posteriormente defendida por intelectuais como crucial para a preservação da história francesa e para a coesão social em todas as camadas da sociedade (CHOAY, 2017).

Após os impactos devastadores da Segunda Guerra Mundial, emergiu a necessidade de um património cultural de interesse global, enfatizando a importância da salvaguarda das expressões culturais como resposta à perda irreparável de conhecimento e identidade das nações envolvidas no conflito.

Atualmente, o conceito de património transcende a mera catalogação de monumentos e sítios históricos, abrangendo também áreas naturais, conforme definido pela Convenção da UNESCO de 1972 para a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural, e incluindo o património imaterial, conforme estabelecido pela Convenção de 2003.

A percepção contemporânea de património destaca-se pela sua variedade, abrangendo tanto elementos materiais, como monumentos, quanto práticas culturais, conhecimentos e tradições imateriais. Este alargamento revela uma valorização crescente das identidades culturais e da diversidade global.

A Declaração de Québec de 2008 sublinhou a importância de proteger o “espírito dos lugares”, reconhecendo a dimensão emocional e espiritual dos locais, para além do património material.

Em suma, o património representa o legado fundamental que cada geração considera essencial transmitir ao futuro, refletindo de forma dinâmica a cultura e a identidade de uma comunidade ao longo do tempo. Evidencia-se ainda a sua relevância como catalisador para o fortalecimento das bases identitárias e do bem-estar das comunidades, bem como para a preservação da diversidade cultural.

Como Gilberto Gil expressou de forma poética e inspiradora, pensar em património é agora transcender além das estruturas físicas e incluir as pessoas, os seus costumes, sabores, saberes, música, dança, e todas as formas de espiritualidade. O património abrange o intangível e o imaterial, não se limitando apenas às construções históricas de pedra e cal (PINHEIRO, 2015).

A análise da memória tem ganho destaque no meio académico contemporâneo, especialmente no que diz respeito à sua interação complexa com a identidade e o património cultural. Diversos autores, como Nora, Ricoeur, Le Goff, Catroga e outros, têm contribuído significativamente para este debate, oferecendo perspectivas distintas que enriquecem a compreensão do papel da memória na reconstrução do passado e na formação da identidade individual e coletiva.

Pierre Nora (1989), conhecido pela sua análise sobre os “lugares de memória”, sublinha a importância dos espaços simbólicos na preservação da memória coletiva e na consolidação da identidade de indivíduos, comunidades e nações. Estes locais funcionam como fortalezas de resistência e memória, evocando uma variedade de emoções que variam conforme a experiência singular de cada visitante.

Ricoeur (2003) salienta a memória como um elo essencial entre passado, presente e futuro, ressaltando o seu papel na recontextualização histórica. Para Ricoeur, a memória não se resume a um simples arquivo passivo, mas é um processo ativo de seleção e interpretação, necessário para a compreensão da trajetória e identidade pessoal e coletiva. O autor argumenta que o esquecimento não deve ser encarado como uma falha, mas sim como um mecanismo que permite a focalização nas recordações mais significativas e relevantes para a formação da identidade.

Le Goff (1990) sublinha como as sociedades preservam e reinterpretam narrativas ao longo do tempo, influenciando a percepção do presente e a construção da identidade cultural e nacional. Através das narrativas mitológicas e dos “homens-memória”, as sociedades tradicionais asseguram a coesão social e a transmissão de valores fundamentais através das gerações, demonstrando como a memória coletiva é um fator determinante na construção do tecido social.

Catroga (2001) complementa estas reflexões ao explorar a natureza complexa e subjetiva da memória, destacando as suas interações dinâmicas entre o eu individual e a coletividade. Para Catroga, a memória não se

limita à simples retenção do passado, mas envolve a constante reconstrução e adaptação aos contextos sociais e históricos em mudança, sendo assim um processo contínuo de interpretação e atribuição de significados.

A contemporaneidade apresenta desafios significativos à preservação da memória e à construção identitária. A globalização, a mediatização a massificação cultural, a desfragmentação familiar, as novas tecnologias de informação e comunicação, as redes sociais e a efemeridade dos eventos, aliadas à valorização do presente e do futuro (especialmente entre as gerações mais jovens), têm contribuído para um distanciamento crescente em relação ao passado, fragmentando a continuidade histórica e cultural das sociedades. Este fenómeno é abordado por Lowenthal (1985), que discute como essa desconexão pode transformar o passado num “país estrangeiro”, distante e muitas vezes inacessível para as gerações atuais. Para Lowenthal, a compreensão do passado não se limita à sua dimensão temporal, sendo também uma questão emocional e cultural que reflete a forma como as sociedades contemporâneas se relacionam com a sua própria história.

Candau (2012) adverte sobre uma “crise do presentismo”, onde a falta de memória histórica compromete a continuidade da identidade das comunidades. O antropólogo sustenta que a preservação da memória coletiva é fundamental para a manutenção da identidade cultural perante os desafios contemporâneos, sublinhando a importância de reconhecer e valorizar as memórias marginalizadas e subalternas, frequentemente silenciadas pelas narrativas dominantes.

Autores como Michael Pollak (1989) e Isabel João (1999) também sublinham a relevância de amplificar as vozes das narrativas subalternas para uma compreensão abrangente do passado e presente. Pollak enfatiza como o poder político e cultural molda a memória coletiva, especialmente em períodos de conflito e mudança social, defendendo o reconhecimento das experiências historicamente silenciadas. Isabel João, por sua vez, explora como os eventos históricos influenciam a identidade nacional, alertando para a idealização do passado e para os interesses políticos nas celebrações históricas, argumentando a favor da valorização das ações individuais e das narrativas menos visíveis que compõem o panorama histórico (JOÃO, 2005).

Em suma, falar de **património, memória e identidade** é falar de entidades que se interligam e que espoletam vínculos/sentimentos de reapropriação, de pertença, de identificação e de coesão social, contribuindo para uma participação mais ativa e democrática no processo de desenvolvimento e afirmação tanto dos indivíduos como das suas comunidades.

2.1 – Instrumentos de salvaguarda do património

Na atualidade, observa-se uma crescente preocupação global e nacional com a identificação, preservação, valorização e divulgação do património cultural. Esta tendência uma maior consciencialização sobre a importância deste legado como testemunho essencial da história e da identidade humanas. Devido à sua singularidade e insubstituibilidade, o património cultural está sujeito a constantes ameaças de deterioração e exploração excessiva, destacando-se a necessidade premente de adotar estratégias eficazes e sustentáveis para a sua salvaguarda.

2.1.1 – Perspetiva internacional

No século XX, o conceito de património expandiu-se significativamente ultrapassando a visão restrita que o limitava a bens monumentais e artísticos de épocas passadas. As devastadoras Guerras Mundiais destacaram a necessidade urgente de proteger o património cultural e natural, levando à criação de organizações internacionais como a UNESCO, fundada em 1945, para promover a educação, ciência e cultura como pilares da paz e tolerância global.

Em 1946, foi criado o Conselho Internacional de Museus (ICOM), seguido pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) em 1965, ambos desempenhando papéis essenciais na promoção das melhores práticas de conservação e na avaliação de sítios para a Lista do Património Mundial.

Além disso, diversas convenções, recomendações e cartas patrimoniais têm orientado as políticas de preservação global. A Carta de Atenas de 1931, a Recomendação de Paris de 1962, e a Carta de Veneza de 1964, foram fundamentais para estabelecer diretrizes na preservação e restauro de patrimónios culturais.

A Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, aprovada pela UNESCO em 1972, representou um compromisso significativo entre os Estados participantes na identificação, proteção e conservação de locais de extraordinária importância cultural e natural. Este acordo promoveu a cooperação internacional na proteção de locais reconhecidos como patrimónios da humanidade.

A Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional Popular de 1989 e a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003, ambas da UNESCO, destacaram a importância das tradições culturais para a coesão social e identidade das comunidades. Estas convenções ressaltaram a necessidade de preservar práticas, expressões e saberes transmitidos de geração em geração.

A Convenção de Faro de 2005 redefiniu o património cultural como algo em constante mutação e interligado com as comunidades e os lugares, introduzindo a ideia de “comunidade patrimonial”. A expressão salienta a importância da participação ativa das comunidades e a responsabilidade coletiva na salvaguarda do património cultural. Em 2008, a Declaração de Québec destacou o *spiritu loci* como um conceito vital na preservação da identidade cultural.

A Carta do Porto Santo de 2021, resultado de uma conferência durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, fortaleceu a democracia cultural da Europa, enfatizando a diversidade, o pluralismo e a participação cidadã. Reconhecida pela UNESCO e adotada por vários países da União Europeia, é um modelo influente para políticas culturais globais. Além de complementar a Convenção da UNESCO sobre a Diversidade Cultural (2015) e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a sua implementação contribui significativamente para as metas internacionais de desenvolvimento cultural, fortalecendo o papel das sociedades na promoção da justiça, diversidade e enriquecimento cultural.

A evolução das estratégias internacionais para a preservação do património cultural sublinha a importância dos mecanismos de proteção globais. A colaboração entre entidades como a UNESCO, ICOM e ICOMOS, juntamente com os tratados e declarações, promove uma abordagem inclusiva e participativa na conservação do património cultural. A ênfase na responsabilidade coletiva, na participação ativa das comunidades locais e na integração equilibrada do património cultural no contexto socioeconómico realça a necessidade de harmonizar as demandas contemporâneas com o respeito pela autenticidade histórica. Além disso, a integração da educação e práticas sustentáveis garante que as gerações futuras possam compreender e apreciar plenamente a herança cultural transmitida ao longo dos tempos.

2.1.2 – Perspetiva nacional

No atual contexto de “mundialização” do património, destacam-se as iniciativas institucionais e legislativas para a preservação e promoção do legado cultural português. Após a Revolução de 1974, Portugal enfrentou a necessidade urgente de reestruturar a gestão do seu património cultural. Na década de 1980, surgiram o Instituto Português do Património Cultural (IPPC) e o Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (IPPAR), destinados à salvaguarda do património arquitetónico nacional. Contudo, foi apenas em

2012 que se consolidou a responsabilidade pela gestão global do património com a criação da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), marcando um ponto de viragem institucional.

Recentemente, as alterações mais significativas na gestão cultural foram impulsionadas pelo programa de descentralização cultural iniciado em 2017. Este programa reformulou o modelo centralizado de gestão, garantindo uma proteção e divulgação mais eficazes do património cultural português. O Decreto-Lei n.º 36/2023, promulgado em 26 de maio, iniciou este processo ao transformar as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) em institutos públicos, redefinindo o seu papel e estrutura. Além disso, os projetos de Decreto-Lei n.º 274 e 275/XXIII/2023 foram essenciais na reestruturação da DGPC, resultando na criação de duas novas entidades: o Património Cultural, I.P., e a empresa pública Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. O Decreto-Lei n.º 78/2023, de 4 de setembro, instituiu o Património Cultural, I.P., marcando uma nova conceção na gestão do património cultural português, superando as limitações da anterior DGPC e promovendo uma abordagem mais descentralizada, diversificada e dinâmica na preservação e valorização do património nacional.

A criação do Património Cultural, I.P., reconhece a importância da participação das comunidades locais na gestão e valorização do património cultural. Através de uma estrutura inovadora, o Instituto propõe-se fomentar a colaboração entre diversos setores, entidades e intervenientes, reconhecendo a complexa e multifacetada natureza do património cultural português. O âmbito de responsabilidades do Património Cultural, I.P., é vasto e ambicioso, abrangendo a inventariação, classificação, estudo, conservação, restauro, valorização e divulgação do património cultural, tangível e intangível.

Por conseguinte, a atuação do Instituto inclui a gestão de espaços arqueológicos, a cooperação com entidades nacionais e estrangeiras, a internacionalização do património cultural português e a captação de mecenato.

O compromisso do Instituto com a investigação e o conhecimento aprofundado do património é também evidente pelo apoio plurianual à investigação arqueológica, pela certificação da qualificação de entidades ligadas ao património cultural imóvel, pelo desenvolvimento e gestão do Sistema de Informação para o Património e pela promoção de estudos técnico-científicos. Estas ações reconhecem que a gestão eficaz do património cultural depende de um conhecimento sólido e rigoroso.

Em resumo, a recente reforma na gestão do património cultural português introduz um novo modelo descentralizado ao transferir competências para as CCDR, estabelecendo o Património Cultural, I.P., e a empresa pública Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. Este modelo visa incentivar a participação da sociedade civil, agentes culturais locais e autarquias, promovendo um desenvolvimento territorial equilibrado. No entanto, enfrenta desafios que requerem atenção, como:

- Garantir coesão territorial e equidade na distribuição de recursos para evitar disparidades regionais.
- Implementar mecanismos eficazes de acompanhamento e avaliação da reforma.
- Assegurar que as CCDR possuam competências e recursos humanos adequados para a gestão do património cultural, conforme destacado por arqueólogos e investigadores da DGPC e das Direções Regionais de Cultura².

² Tomada de posição dos arqueólogos e investigadores na área da arqueologia da Direção-Geral do Património Cultural e das Direções Regionais de Cultura. Disponível em: https://static-storage.dnocias.pt/www-assets.dnocias.pt/documents/CCDR_DRC-DGPC_arquologos_divulga%C3%A7%C3%A3o.pdf

- Proteger os bens classificados como Património Mundial pela UNESCO, considerando a supervisão política das CCDR pelo Ministério da Cultura e os compromissos internacionais de Portugal³.

A descentralização da gestão do património cultural oferece oportunidades significativas para enaltecer e preservar o património cultural português. A capacitação dos intervenientes locais, o estabelecimento de parcerias colaborativas, a sensibilização do público e o investimento em investigação e formação devem ser igualmente priorizados. O êxito da reforma dependerá da aptidão para superar os desafios identificados e de implementar um modelo de gestão coeso, equitativo e transparente, com a participação ativa da sociedade civil e dos agentes culturais. A construção de um futuro sustentável para o património cultural português requer um compromisso conjunto de todos os intervenientes.

A legislação que regula o património cultural português, particularmente a Lei n.º 13/85 de 6 de julho e a Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro (Lei de Bases do Património Cultural Português), desempenha um papel principal na proteção e valorização da cultura nacional. Estes diplomas estabelecem os princípios e instrumentos jurídicos para preservar o património cultural, abrangendo bens materiais e imateriais que são considerados essenciais para a identidade cultural portuguesa ao longo do tempo.

A Lei de 1985 define o património cultural como o conjunto de bens que, devido ao seu valor intrínseco, são relevantes para a continuidade e identidade da cultura nacional (Art. 1.º, Lei n.º 13/85 de 6 de julho). Para além da proteção, este diploma inclui medidas de conservação e valorização do património cultural, estipulando responsabilidades e sanções para garantir o seu cuidado tanto pelos cidadãos como pelo Estado. Por sua vez, a Lei de Bases de 2001 reconhece o património cultural como elemento crucial na formação da identidade nacional e na democratização da cultura em Portugal.

Este enquadramento legal reflete uma visão integrada do património, abrangendo não apenas os próprios bens culturais, mas também os contextos que lhes conferem significado e informação, promovendo uma compreensão holística do património cultural.

Para além disso, diversas instituições desempenham um papel essencial na preservação e disseminação do património cultural português, como museus, arquivos, bibliotecas, universidades, associações e entidades privadas. Estas organizações contribuem de forma significativa para a conservação, investigação e promoção do património cultural, assegurando a sua transmissão às gerações futuras e enriquecendo a compreensão e valorização da identidade nacional.

Em síntese, o quadro jurídico e institucional que envolve o património cultural português não apenas assegura a sua proteção legal e física, mas também promove uma apreciação coletiva do valor inestimável deste legado para a identidade e memória de Portugal, assegurando a sua transmissão às próximas eras.

2.1.3 – A importância e estratégias de preservação do património arqueológico

A preservação e valorização do património arqueológico são de extrema importância na salvaguarda cultural. Este legado histórico, frequentemente subvalorizado, possui um valor incalculável que merece não só reconhecimento, mas também cuidadosa proteção. A ciência arqueológica desempenha um papel central ao permitir a compreensão das origens históricas através da análise dos vestígios deixados por civilizações antigas.

³ Além disso, há outras preocupações associadas, como a excessiva burocratização e a morosidade dos processos, que também precisam ser abordadas.

A abordagem multidisciplinar da arqueologia revela os segredos ocultos no solo, proporcionando uma compreensão detalhada do passado. Este entendimento enriquece o nosso conhecimento das realizações antigas e é fulcral na proteção de patrimónios que correm o risco de deterioração, os quais detêm uma riqueza cultural importante para as futuras gerações.

Refletir criticamente sobre a importância do património arqueológico é fundamental para a Educação Patrimonial, tema essencial deste estudo. Sensibilizar a comunidade escolar para a preservação e valorização dos recursos culturais em Leceia, Oeiras, justifica uma abordagem educativa específica, envolvendo ativamente as escolas na proteção e exploração instrutiva desses recursos.

A legislação em Portugal atribui ao património arqueológico um papel central na construção da identidade nacional e na preservação da memória coletiva. A Lei de Bases de 2001 reconhece a sua importância vital, dada a sua natureza finita e não renovável, abrangendo vestígios que são fundamentais para reconstruir a história da vida e da humanidade.

O património arqueológico não se limita a ser um recurso para investigação científica e histórica; ele também representa um testemunho da evolução das sociedades ao longo do tempo, estabelecendo uma ligação com as gerações passadas e fortalecendo a nossa identidade cultural e sentido de pertença.

A preservação deste legado vai além da conservação física dos artefactos, abrangendo a salvaguarda do conhecimento que estes encerram. É um compromisso ético e moral com a preservação da memória coletiva e a herança cultural legada pelos antepassados, contribuindo significativamente para uma consciência coletiva mais robusta. Cada elemento deste vasto legado é uma peça que se encaixa no intrincado quebra-cabeça da nossa história, oferecendo uma perspetiva mais aprofundada das nossas origens culturais e ambientais.

Ao refletirmos sobre a especificidade das técnicas envolvidas, notadamente as escavações e prospeções, somos instigados a reconhecer que cada gesto nesse processo representa não apenas uma procura pelo passado, mas uma procura pela compreensão mais completa de nós mesmos. A ciência arqueológica, ao desvendar a camada oculta da história enterrada, resgata os vestígios físicos e os fragmentos da nossa própria identidade e memória. Deste modo, as técnicas de escavação e prospeção ultrapassam a mera funcionalidade; configurando-se, antes, como instrumentos especializados e sagazes que desvendam os segredos submersos da narrativa humana.

A esta perspetiva, acresce o princípio fundamental da preservação no local dos bens arqueológicos, reforçando-se, assim, a natureza singular e excecional deste património.

As particularidades acima mencionadas evidenciam, na atualidade, como a evolução do enquadramento jurídico do património arqueológico reflete uma marcada tendência de diferenciação e especialização em relação a outros elementos culturais. Exemplificam este fenómeno o regime específico de proteção e valorização, estabelecido no Título VII, Capítulo II - "Do património arqueológico" da Lei de Bases do Património Cultural Português de 2001 (artigos 74.º a 79.º), assim como o reconhecimento da relevância da "arqueologia preventiva e de contrato" no século XXI, destacando a urgência de uma estreita colaboração entre a arqueologia e as entidades públicas e privadas, bem como os diplomas suplementares relativos a parques arqueológicos e planos de ordenamento de parque arqueológico, descobertas arqueológicas e utilização de detetores de metais (NABAIS, 2008/2009).

A adesão de Portugal à Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico, realizada em La Valletta em 1992, marcou um avanço significativo para a arqueologia nacional na década de 90. Esta convenção destacou a importância do património arqueológico e promoveu uma abordagem científica na sua gestão. Além disso, incentivou a sua integração nas políticas de ordenamento do território e sensibilizou o público para o seu valor, fomentando assim uma participação mais ativa da comunidade na sua preservação e divulgação.

A Carta de Lausanne de 1990 e a Convenção de Malta de 1992 convergem num propósito fundamental: a proteção e preservação do património arqueológico como um legado inestimável da humanidade. Estes instrumentos internacionais estabelecem diretrizes essenciais para garantir que o património arqueológico seja protegido e transmitido, reconhecendo a sua importância como testemunho da história e fonte de conhecimento para a humanidade.

A concentração da gestão do património arqueológico no Património Cultural, I.P., a partir de 1 de janeiro de 2024, atribuiu ao Departamento dos Bens Culturais (DBC) uma posição de destaque e grande responsabilidade. As suas vastas competências, que englobam a emissão de pareceres, a intervenção em planos de conservação, a gestão de bens arqueológicos, a realização de escavações e a supervisão de trabalhos neste domínio, conferem-lhe um papel central na preservação e divulgação deste valioso legado.

No entanto, é essencial reconhecer que o DBC enfrenta obstáculos significativos. A escassez de recursos⁴, a burocracia, a falta de coordenação entre as entidades responsáveis pelo património arqueológico, a necessidade de profissionalização do setor e a ainda limitada valorização social deste legado configuram-se como obstáculos que o DBC terá de superar.

A investigação arqueológica em Portugal também se depara com desafios, tais como a carência de financiamento e a dispersão dos recursos humanos. É necessário que o DBC elabore políticas para apoiar esta investigação e superar os constrangimentos.

O futuro do património arqueológico português depende substancialmente da capacidade do DBC em administrar este legado de maneira eficaz e eficiente. Para alcançar este desiderato, é crucial um esforço conjunto envolvendo o DBC, a comunidade científica, as autarquias locais, as empresas e a sociedade civil.

No conjunto dos instrumentos jurídicos destinados à salvaguarda do vasto património cultural português, destaca-se ainda a figura do Imóvel de Interesse Público como uma peça-chave. A atribuição deste estatuto a um bem segue um processo metódico, guiado por critérios específicos estabelecidos na legislação. O valor cultural é ponderado quanto à sua importância histórica, artística, arquitetónica, urbanística, arqueológica, científica ou técnica. Nesse contexto, o bem é considerado globalmente, reconhecendo-o como um testemunho multifacetado da história e da identidade nacional.

O povoado pré-histórico de Leceia, classificado como Imóvel de Interesse Público em 1963, ilustra de forma paradigmática a relevância dessa figura jurídica. Esta distinção reconhece a significativa importância histórica e arqueológica do local, evidenciando os esforços contínuos para enfrentar as dificuldades associadas à sua conservação.

Ao longo de décadas, o povoado pré-histórico de Leceia tem sido alvo de uma diligente jornada dedicada à documentação, proteção e valorização do seu legado arqueológico. Desde a sua classificação inicial em 1963 até às campanhas arqueológicas lideradas por João Luís Cardoso nas décadas subsequentes, a história de Leceia ilustra os desafios enfrentados. A ausência de uma planta atualizada da área de efetivo interesse arqueológico, que só veio a ser publicada em 1986, demonstra as dificuldades práticas com que as autoridades e investigadores se depararam.

Graças à determinação e resiliência de João Luís Cardoso, as adversidades foram superadas. As escavações realizadas por este arqueólogo entre 1983 e 1985 não apenas proporcionaram dados essenciais para a precisa

⁴ Notícia do jornal Público de 29 de outubro de 2023: “Um laboratório de Excelência para a arqueologia náutica, mas com falta de pessoal. Em Abril o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática passa de dez funcionários a cinco. Com o fim das EEA Grants, o laboratório perde três dos seus seis arqueólogos.” (Lucinda Canelas) <https://www.publico.pt/2023/10/29/culturaipilon/noticia/laboratorio-excelencia-arqueologia-nautica-falta-pessoal-2068329>

delimitação do perímetro da área arqueológica, mas também evidenciaram um compromisso incansável na superação de obstáculos e na proteção do património cultural. O trabalho desenvolvido ao longo desses três primeiros anos de escavações foi valioso para alcançar esse intento, como comprova a publicação da Portaria n.º 470/86, datada de 27 de agosto.

A confirmação do estatuto de Leceia como Imóvel de Interesse Público sublinha o seu valor intrínseco, o compromisso com a sua preservação contínua no respeito pelo profundo entendimento do passado de Oeiras. A análise deste caso exemplar oferece importantes lições para a gestão e preservação do património cultural português, destacando a importância da cooperação entre diversas entidades, da investigação científica e da sensibilização pública.

Resumindo, a preservação do património arqueológico é um compromisso transtemporal. Este legado ancestral, composto por sítios, artefactos e estruturas, é essencial para a nossa identidade cultural e para compreender a história da humanidade ao longo dos séculos. No entanto, enfrenta questões significativas que requerem medidas rigorosas e apoio da comunidade. A investigação e valorização deste património são fundamentais para a sua integração na sociedade contemporânea. A colaboração entre diferentes disciplinas é necessária para garantir a salvaguarda deste legado para as atuais e futuras gerações, contribuindo para enriquecer a narrativa histórica e fortalecer a nossa identidade coletiva com sabedoria e conhecimento.

3 – A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O termo “Educação Patrimonial” tem a sua origem na expressão inglesa “Heritage Education”, referindo-se a uma prática que ativa a memória social ao integrar o património cultural nos processos educativos formais e informais, de maneira permanente, contínua e sistemática. De acordo com Ramos (1993) e citado por Parrado (2016, p. 14), a Educação Patrimonial é descrita como um processo contínuo e participativo que envolve a transmissão de conhecimentos, a explicação de valores, a abordagem de questões específicas relacionadas com o património, a formação de conceitos e o desenvolvimento de competências. O processo visa motivar e promover comportamentos e ações concretas de defesa, conservação e valorização do património, enfrentando desafios presentes e prevenindo futuros problemas.

Durante a década de 1980, o reconhecimento da importância da Educação Patrimonial na Europa cresceu substancialmente, impulsionado pelo interesse em valorizar e preservar o património cultural. Iniciativas como as Aulas de Património em França e a Recomendação R (98) 5 do Conselho da Europa, em 1988, marcaram uma viragem significativa na compreensão e promoção da Educação Patrimonial. Esta evolução tinha como meta aprofundar o entendimento do passado, promover valores de tolerância e integração social, e garantir uma distribuição equitativa das atividades educativas entre os jovens.

Integrar a perspetiva cultural do património em todos os níveis de ensino, conforme estabelecido no Artigo 13.º do Título III da Convenção Quadro do Conselho da Europa, mencionada na Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008, é reconhecer a Educação Patrimonial como um recurso que enriquece o acesso a diversas áreas do conhecimento. Além disso, a integração do património cultural nos programas educativos é vista como uma maneira eficaz de promover uma compreensão mais aprofundada e uma valorização deste legado, contribuindo assim para a sua preservação e promoção entre os mais jovens.

No contexto da Educação Patrimonial, a sala de aula é vista como a principal linha de defesa e promoção do património cultural. Este ambiente educativo exerce um papel central na sensibilização dos alunos para a

importância da identidade cultural, história e arte, sendo fundamental para o contacto estruturado com esses conceitos essenciais.

A Educação Patrimonial, conforme definida por Horta, Grunberg e Monteiro no Guia Básico de Educação Patrimonial de 1999, é um processo ativo, contínuo e sistemático de aprendizagem sobre o património cultural. O seu principal objetivo é promover o conhecimento, a apropriação e o valor desse património por parte de todos os cidadãos, enfatizando a sua importância para o desenvolvimento da identidade, da cidadania e da consciência coletiva.

De que forma a Educação Patrimonial se configura como um processo formativo e transformador? Segundo Gil (2020), ela revela-se como um processo profundo e significativo ao entrelaçar as memórias individuais com os “espíritos dos lugares”, numa abordagem sensível, cognitiva e empática. Esta interação permite que os indivíduos absorvam as memórias e os significados presentes nos bens patrimoniais, destacando a centralidade da relação estabelecida entre as pessoas e o património. Este vínculo é essencial para uma compreensão ampliada do património cultural, conforme salientado por Merillas (2018, p. 2): “(...) El patrimonio es la relación entre bienes y personas. Esos bienes pueden tener componentes materiales e inmateriales, incluso la mezcla de ambos. Por eso, cuando los bienes son personas, el patrimonio es la relación entre personas y personas, la relación más inmaterial y espiritual que existe (...)”.

A tomada de consciência desta interligação exige uma participação ativa e crítica dos intervenientes, num diálogo constante, conforme realçado por Scifoni (2012), citada por Demarchi (2016) ou Tolentino (2016). É apenas através deste envolvimento ativo que se podem estabelecer conexões eficazes e emocionais com as comunidades, verdadeiras guardiãs do património cultural, tal como defendido por Florêncio (2014) e mencionado por Demarchi (2016, p. 276).

A Educação Patrimonial não só amplia a perceção do que constitui património, mas também promove uma apropriação social mais participativa das heranças culturais. Ao fortalecer o vínculo das comunidades com seu património, ela reforça a identidade cultural e estimula a cidadania participativa, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável e inclusivo das sociedades. Além de tornar compreensíveis e inclusivas as políticas de preservação, a Educação Patrimonial pode provocar uma mudança de mentalidades, transformando os indivíduos em agentes com responsabilidade cívica ativa na defesa dos bens culturais, que são património de todos.

Na sociedade contemporânea, a Educação Patrimonial surge como um fio condutor essencial na construção de uma convivência mais participativa e justa. A sua importância destaca-se na valorização e celebração das múltiplas facetas das diversidades e pluralidades culturais que compõem o mosaico da humanidade.

Com base nas reflexões do autor holandês Gert Biesta, conforme apresentadas por Demarchi (2016), percebemos que fundamentar o processo educativo numa base democrática significa criar um contexto no qual os indivíduos não são meros recetores passivos de conhecimento, mas “agentes ativos” que participam na construção e partilha das suas referências culturais. Biesta argumenta que a plenitude deste processo educativo é alcançada quando todos os intervenientes assumem um papel ativo, construindo um ambiente educacional que reconhece e valoriza a multiplicidade cultural. Este ponto é fulcral, pois atesta a relevância das diferentes visões culturais e promove um espaço inclusivo onde estas podem coexistir, ser reconhecidas e apreciadas.

A visão de Biesta sobre a “educação democrática” supera a mera transmissão de conhecimentos. Ela aspira a cultivar o entendimento intercultural e o respeito mútuo entre os membros da sociedade, construindo pontes entre diferentes culturas e promovendo a coesão social. Através do diálogo intercultural, surge a oportunidade

de construir uma sociedade mais harmoniosa, onde a diversidade cultural é celebrada como uma fonte enriquecedora de experiências e perspectivas, em vez de ser vista como um fator de divisão.

Em suma, a Educação Patrimonial visa estabelecer uma ligação emocional entre a comunidade e o património cultural, reconhecendo os seus “consensos e conflitos” (TOLENTINO, 2016). Através de um processo dinâmico de aprendizagem, apropriação e valorização, crianças e adultos são envolvidos ativamente na preservação e compreensão do património. Mais do que apenas preservar, a Educação Patrimonial visa capacitar todos os intervenientes para uma utilização mais significativa dos bens culturais, estimulando o desenvolvimento de competências analíticas, críticas e dedutivas.

A Educação Patrimonial, como campo de conhecimento e prática educativa, caracteriza-se por uma pluralidade de abordagens metodológicas. Essa multiplicidade de métodos reflete a própria natureza complexa e “polifónica” (GIL, 2020) do património cultural, que se manifesta de diferentes formas e expressões.

A defesa da diversidade de metodologias surge como resposta ao Guia Básico de Horta, Grunberg e Monteiro (1999), que durante algum tempo foi considerado como a epítome desta temática, sublinhando a adaptabilidade contínua da Educação Patrimonial face à diversidade de contextos e desafios apresentados pelo património cultural.

As quatro etapas metodológicas delineadas no Guia, configuram um modelo teórico fundamental para a prática educativa no âmbito do património cultural. Essas etapas - observação, registo, exploração e apropriação - são os pilares para o processo de aprendizagem e valorização do património, de acordo com as suas autoras.

No entanto, a metodologia do Guia Básico gerou críticas. Autores como Demarchi (2018) e Tolentino (2016) argumentam que o foco excessivo na metodologia pode, por vezes, limitar a compreensão e a eficácia da Educação Patrimonial. Tolentino (2016) critica a visão monolítica preconizada por Horta, Grunberg e Monteiro, argumentando que a metodologia “instrutivista” perpetua uma visão “fetichizada” do património, ignorando a sua natureza dinâmica como construção social e apropriação coletiva. Segundo Tolentino, esta abordagem relega os discentes a um papel passivo de meros observadores, desvalorizando as suas experiências e conhecimentos prévios.

Outra área de discordância surge no emprego de termos controversos, como “alfabetização cultural”, que pode subestimar diferentes manifestações culturais e perpetuar hierarquias. De acordo com Demarchi, o termo implica uma possível estratificação cultural, sugerindo que certos indivíduos são culturalmente “analfabetos” e carecem de compreensão do mundo que os cerca. Esta perspetiva também levanta questões sobre quem possui a autoridade para definir o conceito de “alfabetização cultural”, podendo resultar na imposição de uma única visão cultural. No entanto, esta expressão pode ser interpretada como um apelo à valorização da diversidade cultural e à promoção da mútua compreensão, combatendo a ignorância. Independentemente da interpretação, é imperativo que o termo não encoraje visões exclusivistas ou autoritárias.

Vários investigadores sustentam que a Educação Patrimonial deve ultrapassar os limites da História, integrando-se de forma transversal em múltiplas disciplinas, ao mesmo tempo que incorpora as vivências locais dos alunos, com o objetivo de fomentar a sua participação social. Esta é a perspetiva que igualmente subscrevemos. A promoção de um diálogo participativo e inclusivo capacitará os cidadãos a explorar novas abordagens na valorização e salvaguarda do legado cultural (TOLENTINO, 2016; SCIFONI, 2017; DEMARCHI, 2018). Integrar estas nuances na compreensão do património cultural implica reconhecer a sua dimensão social, compreender a sua dimensão política e analisar a sua dimensão simbólica.

Numa abordagem alternativa ao Guia, Copeland (CONDEÇO, 2022) propõe três modelos distintos na Educação Patrimonial: educação sobre o património, educação através do património e educação para o património.

A educação sobre o património visa uma compreensão aprofundada do património cultural, fortalecendo a consciência patrimonial. A educação através do património utiliza-o como fonte de aprendizagem transversal em várias áreas do conhecimento. A educação para o património desenvolve a capacidade de intervir nos processos de dinamização e preservação. Copeland defende que a combinação destes modelos é mais eficaz para promover o entendimento e o compromisso com o património cultural.

Apesar da utilidade, a visão de Copeland é considerada por alguns como limitada para abordar integralmente o âmbito da Educação Patrimonial. Para uma compreensão mais ampla, é necessário recorrer a modelos mais abrangentes, como os delineados no Plano Nacional de Educação e Património de Espanha, lançado em 2012:

- Modelos centrados no papel docente e do aluno: No modelo centrado no docente, o professor lidera e transmite conhecimentos. No modelo centrado no aluno, este é ativo na aprendizagem, com o professor como orientador.
- Modelos focados no conteúdo e no contexto: O modelo centrado no conteúdo explora os detalhes dos elementos patrimoniais. O modelo centrado no contexto valoriza o ambiente e as circunstâncias, integrando o património no contexto social e cultural dos alunos.
- Modelos complexos e relacionais: O modelo de interação entre docente e estudante destaca a importância da interação para despertar interesse. O modelo da relação estudante-conteúdo valoriza as experiências de vida e o conhecimento prévio dos alunos.
- Abordagem relacional na Educação Patrimonial: Promove um entendimento crítico do património, valorizando diversidade cultural e empatia sociocultural, integrando modelos educativos conforme as características e necessidades dos alunos.

A análise dos diversos modelos de Educação Patrimonial revela a sua natureza complexa e multifacetada. A escolha do modelo mais adequado não é uma tarefa simplista, exigindo ponderação cuidada em função do contexto educativo e das características individuais dos alunos (SOLE, 2015). A combinação de diferentes modelos surge como a estratégia mais eficaz para potenciar um ensino do património mais rico e significativo. Esta combinação permite explorar as diferentes dimensões do património, desde a sua componente histórica e cultural até à sua relevância social e contemporânea.

A implementação da Educação Patrimonial enfrenta outros desafios significativos, como a necessidade de formação especializada para professores, a inadequação dos currículos em Portugal, a escassez de recursos e as expectativas dos alunos, todos obstáculos que requerem superação.

É importante notar que uma excessiva teorização dos modelos e do conceito em si pode também criar hesitações entre os intervenientes, dificultando a sua concretização. É importante encontrar um equilíbrio entre a fundamentação teórica e a aplicação prática dos modelos/conceitos, assegurando assim a sua eficácia e relevância no contexto educativo.

Através de experiências autênticas, a Educação Patrimonial proporciona aos estudantes uma imersão vívida no passado, promovendo uma maior consciência sobre o valor do seu património cultural e capacitando-os para a sua preservação. Neste contexto, a Educação Patrimonial desempenha um papel indiscutível na formação da cidadania, influenciando identidades e fomentando a compreensão mútua e o respeito pelas tradições e práticas culturais. Esta abordagem inovadora estimula interpretações diversas, incluindo as perspetivas dos indivíduos menos reconhecidos e marginalizados. Aqueles que têm uma conexão profunda com as memórias e valores do seu contexto sentem uma responsabilidade acrescida em protegê-los, como destacado por Barbosa

(1998, citado por ARAÚJO, 2017: 151): “(...) Só se protege aquilo que se gosta e só se gosta daquilo que se conhece. Por isso, o primeiro passo é conhecer. (...)”.

Em síntese, abordar temáticas familiares aos educandos, centradas nos espaços das suas vidas (PINHEIRO, 2015), facilita aprendizagens significativas e o desenvolvimento de cidadãos mais conscientes e participativos na sociedade. Isto ocorre porque, como observa Merillas: “(...) el objeto de estudio de la educación patrimonial no es el patrimonio, sino las formas de relación que establecen las personas con él. (...) ese objeto de interés ha pasado a las personas, depositarias, legatarias y verdaderas destinatarias de ese patrimonio. (...)” (2015, p. 34).

A riqueza cultural de Espanha é amplamente reconhecida, com mais de 60.000 bens de interesse cultural, classificados como Património da Humanidade (PARRADO, 2016). O Plano Nacional de Educação e Património, lançado em 2012, e o Observatório de Educação Patrimonial ilustram uma abordagem variada na gestão e promoção do património cultural, visando a formação de cidadãos conscientes e responsáveis (GONÇALVES e DE MARI, 2023) (PARRADO, 2016). Esta estratégia inclui a capacitação de recursos humanos, produção de materiais educativos, integração do património em gestão educativa e cooperação internacional para a salvaguarda cultural global. O Plano Nacional de Educação e Património em Espanha destaca-se como um exemplo paradigmático de uma resposta proativa à urgente necessidade de preservação do património cultural. Este plano demonstra o potencial da Educação Patrimonial para fomentar a cidadania ativa, o desenvolvimento sustentável e o apreço pela diversidade cultural.

No contexto português, assistimos a um notório aumento de iniciativas relevantes no domínio da Educação Patrimonial. No entanto, esta multiplicidade de ações carece da coordenação sistemática observada no exemplo espanhol, o que acaba por restringir o seu impacto, limitando-o a esferas regionais e locais. No decurso da presente pesquisa, deparamo-nos com iniciativas de grande interesse que justificariam uma divulgação nacional mais ampla.

A implementação da Educação Patrimonial em Portugal enfrenta desafios significativos devido à falta de gestão estratégica coordenada. A ausência de coordenação eficaz entre várias iniciativas e agentes dificulta a definição de metas comuns e a adaptação flexível das estratégias. Isso é agravado pela necessidade de formação dos professores e pela falha na divulgação dos projetos. Esses desafios interligados exigem uma atitude integrada e proativa para promover uma Educação Patrimonial eficaz e inclusiva em Portugal.

Idealmente, a gestão estratégica da Educação Patrimonial deveria ser confiada ao Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Cultura e outros organismos com competências nesta área. Todavia, como será posteriormente evidenciado pela falta de coerência e assertividade nos referenciais curriculares do sistema educativo português, esta coordenação não só não se verifica como não se materializa. A ausência de uma orientação unificada e clara nos documentos curriculares contribui para a dispersão das iniciativas de Educação Patrimonial, ressaltando a urgência de uma revisão e harmonização destes referenciais para promover uma intervenção mais integrada e eficaz na preservação do património cultural português.

Contrariamente ao adágio popular “De Espanha, nem bom vento nem bom casamento”, esta máxima não se aplica neste contexto, uma vez que podemos encontrar alguma inspiração no modelo do Plano Nacional. Tal requereria uma vontade expressa e uma postura enérgica para envolver uma variedade de intervenientes e conceber estratégias inovadoras. Através da implementação de uma gestão estratégica eficiente, da capacitação dos professores, da divulgação eficaz dos projetos e da promoção da participação ativa de todos os cidadãos, podemos construir um futuro mais próspero e sustentável, onde o património cultural ocupa o lugar que lhe é devido na educação e na sociedade portuguesa. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer neste sentido.

Consideramos imprescindível que a valorização e proteção do nosso património cultural sejam encaradas como um desafio comunitário, acessível a todos os cidadãos, independentemente da idade ou posição social. É necessário estabelecer um sistema que estimule a participação ativa de todos os intervenientes, fomentando um sentido de identidade e responsabilidade partilhada em relação ao nosso legado cultural. A escola desempenha um papel central neste processo, sendo o contexto ideal para promover o sentimento de pertença e responsabilidade cultural. Através da Educação Patrimonial, podemos formar indivíduos mais conscientes, críticos e preparados para os desafios futuros.

3.1 – Progresso da Educação Patrimonial na UNESCO

A pesquisa sobre a presença da Educação Patrimonial nos documentos da UNESCO é relevante devido à posição de liderança desta instituição nos domínios cultural, educacional e de desenvolvimento. A UNESCO tem desempenhado um papel fundamental na defesa da preservação do património cultural e no reconhecimento da educação como um fator crucial para alcançar objetivos de desenvolvimento sustentável, estabelecendo-se como um fórum global para cooperação e partilha de experiências entre os países membros. Esta posição proporciona o acesso privilegiado a uma vasta gama de recursos e orientações relacionadas com a Educação Patrimonial.

O estudo de Gonçalves e De Mari (2023) analisa a evolução da Educação Patrimonial nos documentos da UNESCO ao longo de 85 anos (1930-2015). Este trabalho destaca uma progressão notável na conceção do património, refletindo mudanças de perspetiva e prioridades nas políticas e práticas educativas voltadas para a preservação cultural. Mostra também como a UNESCO adaptou a sua abordagem da Educação Patrimonial para responder às exigências de um mundo em constante mudança.

Nos primeiros anos da Educação Patrimonial, entre 1930 e 1960, o foco era a preservação do património cultural e o estímulo ao desenvolvimento cultural, principalmente através de museus, educadores e instituições locais. Nesse período, a Carta de Atenas (1931) foi importante ao enfatizar o papel da educação e dos educadores na preservação do património junto dos jovens. No entanto, essa visão inicial estava restrita à salvaguarda e à transmissão de conhecimentos sobre monumentos e objetos históricos, com responsabilidades predominantemente atribuídas a especialistas, excluindo a participação comunitária e a valorização da diversidade cultural.

Entre 1960 e 1980, o conceito de Educação Patrimonial expandiu-se substancialmente, consolidando-se como uma incumbência estatal. Durante esse intervalo, a Recomendação de Paris (1962) sublinhou a importância da educação pública no respeito por paisagens e locais de valor cultural, enquanto a Carta de Veneza (1964) transferiu a responsabilidade pela preservação de monumentos para toda a humanidade. A adoção da Convenção sobre o Património Mundial (1972) oficializou a Educação Patrimonial como indispensável para a proteção do património, promovendo uma transição para uma abordagem formal e escolar, integrada como política de formação cidadã.

Entre os anos 1980 e 1990, a Educação Patrimonial consolidou-se, incorporando o reconhecimento do património imaterial. A Declaração do México (1982) formalizou essa inclusão, valorizando a diversidade cultural em vários contextos e incentivando uma participação comunitária mais ampla na preservação do património.

O período entre 1990 e 2015 foi caracterizado por uma transformação profunda na valorização do património cultural, impulsionada pela globalização e pelo reconhecimento da diversidade cultural. Durante esses anos, houve uma compreensão alargada das múltiplas dimensões do património, incluindo as suas vertentes material, imaterial e natural. A adoção da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial em

2003 e a Declaração do Québec em 2008 foram marcos importantes neste processo, alargando o conceito de património cultural e exigindo abordagens inovadoras para a sua proteção.

Nessa conjuntura, a UNESCO desempenhou um papel central na coordenação global da Educação Patrimonial, atribuindo responsabilidades e promovendo iniciativas que envolveram ativamente a sociedade, especialmente os jovens, na preservação e promoção do património. Houve também um esforço significativo para capacitar esta faixa etária a desempenhar um papel ativo na defesa prática do património cultural, através de diversos programas educacionais e outras iniciativas.

Um exemplo notável desse compromisso foi o estabelecimento em 1994 do Programa de Educação do Património Mundial para Jovens pela UNESCO⁵, que integrou dimensões ecológicas e de biodiversidade, indo além da conceção tradicional de património cultural.

Outra iniciativa foi o lançamento do programa “Património Mundial nas Mãos dos Jovens”, direcionado às Escolas Associadas da UNESCO em mais de 130 países. Iniciado em 1999, este programa introduziu um *kit* pedagógico multilíngue que se distingue por democratizar o acesso a recursos educativos de qualidade, promovendo a inclusão e a equidade no ensino do património. Através de uma variedade de atividades práticas, debates e reflexões, o *kit* promove o desenvolvimento de competências e valores essenciais para a preservação do Património Mundial, estimulando ao mesmo tempo a participação ativa e crítica dos alunos. A sua versatilidade facilita a implementação em qualquer nível de ensino.

No início do século XXI, verifica-se uma alteração substancial na apreciação e interpretação do património cultural, o que nos conduz a uma compreensão mais aprofundada da nossa herança identitária. Reconhecemos atualmente a relevância essencial deste legado para o desenvolvimento social, económico e cultural das comunidades. Como referido por alguns académicos, estamos numa era marcada pelo “boom da memória e património” (SANTOS e MARQUES, 2014).

Interpretações recentes têm promovido uma maior participação da sociedade civil na gestão do património cultural. Esta tendência não só facilita uma democratização cultural mais abrangente, como também reforça a sustentabilidade das iniciativas destinadas à sua preservação. Reconhece-se cada vez mais a necessidade de proteger e valorizar o nosso património cultural como um recurso valioso, capaz de enriquecer as nossas vidas e fortalecer os laços sociais.

A transição para uma abordagem mais inclusiva e participativa na salvaguarda do património cultural não é apenas uma evolução essencial, mas também reflete o nosso compromisso em preservar a diversidade e a riqueza das nossas identidades culturais para as futuras gerações. A ratificação da Convenção de Faro em 2008 enfatizou esses princípios, promovendo a participação dos cidadãos na vida cultural e parcerias entre o Estado e a sociedade civil.

A Carta de Cracóvia de 2000 enfatizou de maneira destacada a importância da participação direta e colaborativa da comunidade na preservação e promoção do património cultural. Este documento também sublinha a integração desta temática nos sistemas nacionais de educação em todos os níveis de ensino. Recentemente, a Carta de Porto Santo em 2021 introduziu um novo modelo de “democracia cultural” na União Europeia, reafirmando a cultura como um direito de todos os cidadãos e defendendo a implementação de um currículo transdisciplinar nas áreas da cultura, arte e património.

Um avanço significativo, apontado pela UNESCO em 2010, foi a divulgação do guia “Incorporating education for sustainable development into world heritage education” para professores, destacando o papel principal

⁵ Young People’s World Heritage Education Programme (WHE Programme).

da educação para o património mundial na preservação da riqueza cultural e natural do planeta. No entanto, surge uma questão premente: como transcender a consciencialização para efetivar transformações concretas? A conexão entre a World Heritage Education (WHE) e a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) aponta para uma aprendizagem transformadora. A WHE, ao integrar os valores da EDS, torna-se um agente ativo na proteção do património, fortalecendo o vínculo emocional dos estudantes com sua comunidade e promovendo uma compreensão holística do ambiente, história e continuidade cultural.

Ao analisarmos todos estes documentos e iniciativas, torna-se evidente que a concretização da Educação Patrimonial requer um esforço conjunto de todos os intervenientes nos domínios da educação, cultura e política. A implementação desta educação revela-se indispensável não só para preservar o património cultural, mas também para construir uma sociedade mais consciente, inclusiva, justa e sustentável. A promoção dos valores patrimoniais através da educação é fundamental para desenvolver uma compreensão coletiva e reconhecer o legado cultural, contribuindo positivamente para o progresso global da sociedade e para a transmissão intergeracional desses valores.

3.2 – Referenciais curriculares

As diretrizes internacionais desempenham um papel significativo ao guiar as práticas educativas nos países que as adotam, refletindo princípios pedagógicos que destacam o respeito, a valorização e a preservação sustentável do património cultural. No contexto do sistema educativo português, é importante conhecer e compreender como essas recomendações são integradas nos currículos e nas metodologias de ensino, bem como avaliar o apoio proporcionado em termos de recursos e formação para os professores.

A inclusão desses princípios nos referenciais pedagógicos portugueses não só assegurará a conformidade com os compromissos internacionais assumidos, como também fomentará uma educação alinhada com os valores de sustentabilidade e preservação do património. Portanto, é essencial realizar uma análise crítica e contínua para avaliar a consistência entre as diretrizes internacionais e a prática educativa em Portugal.

Partimos da premissa estabelecida no Despacho n.º 6605-A/2021, o qual delinea os referenciais curriculares para várias dimensões do desenvolvimento curricular: o **Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória**, homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, de 9 de julho; as **Aprendizagens Essenciais**, homologadas através dos Despachos n.ºs 6944-A/2018, de 18 de julho, 8476-A/2018, de 31 de agosto, 7414/2020, de 17 de julho, e 7415/2020, de 17 de julho e **A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania** (Despacho n.º 6173/2016, de 10 de maio). Estes documentos representam os pilares essenciais que orientam o desenvolvimento curricular e a formação dos alunos, fomentando competências essenciais para uma participação ativa na sociedade e na contemporaneidade globalizada. A sua aplicação efetiva contribui para a construção de um ensino mais inclusivo, cívico e direcionado para o desenvolvimento integral dos indivíduos.

O **Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória** (PASEO) estabelece a estrutura de todo o sistema educativo, organizando-se em Princípios, Visão, Valores e Áreas de Competências. Na análise textual realizada ao PASEO, observamos que o termo “património” está associado às competências relacionadas com a Sensibilidade Estética e Artística em que os alunos são desafiados a demonstrar a capacidade de “reconhecer a importância das diversas formas de expressão artística e do património material e imaterial na vida e cultura das comunidades”. Os descritores operativos correspondentes detalham o modo como os alunos desenvolvem o sentido estético, mobilizando os processos de reflexão, comparação e argumentação em relação às produções artísticas e tecnológicas, integradas nos contextos sociais, geográficos, históricos e políticos (PASEO, 2017).

Constata-se, assim, que o PASEO reconhece a importância do património cultural na formação dos indivíduos, promovendo a sua apreciação e participação ativa. Através da valorização do património cultural, o PASEO reforça a ligação entre memória, identidade e futuro, preparando os alunos para serem cidadãos críticos, responsáveis e comprometidos com a preservação da sua herança cultural.

Com a revogação das Metas Curriculares e dos Programas Disciplinares, as **Aprendizagens Essenciais** (AE), homologadas em 2018, assumem a posição de segundo referencial curricular no sistema educativo português. A operacionalização das AE estrutura-se em domínios (temas), subdomínios (subtemas), Conhecimentos/Capacidades/Atitudes, Identificação/Aplicação de Conceitos e Ações Estratégicas de Ensino orientadas para o PASEO, sendo esta última de natureza estritamente sugestiva.

Na avaliação das Aprendizagens Essenciais (AE) dos Ensinos Básico e Secundário, empregou-se uma abordagem metodológica semelhante à análise realizada no PASEO, visando mapear e examinar as referências ao conceito de “património”. A análise detalhada desses dados possibilitou a criação de gráficos que ilustram de forma clara e objetiva a distribuição e relevância do património ao longo do percurso educativo dos alunos. O estudo também identifica lacunas ou potenciais áreas de desenvolvimento neste domínio, promovendo, assim, uma educação mais abrangente e enriquecedora.

A análise do Gráfico 1, que demonstra a parca representatividade do conceito de “património” nas disciplinas do currículo nacional português (apenas 43 disciplinas, correspondendo a 22,87% do total de 188 disciplinas), convida-nos a uma reflexão profunda sobre o papel e a importância atribuída a esta temática no contexto educativo de Portugal. A limitada incidência do património levanta questionamentos acerca da sua amplitude e pertinência no currículo, sugerindo uma possível subestimação do seu contributo para a formação integral dos estudantes. Esta omissão pode gerar diversos impactos negativos, como a segmentação do conhecimento e a compreensão holística do património como um legado cultural e histórico de valor inestimável. A desmotivação dos alunos e a perda de oportunidades pedagógicas são outros efeitos que podem ser decorrentes da marginalização do património no currículo.

O Gráfico 2 apresenta indicadores promissores. Segundo os números revelados, 30 das 43 disciplinas (69,77%) incorporam o património na categoria de Conhecimentos, Capacidades e Atitudes. Esta integração sugere que o estudo do património estará presente em diversas atividades letivas, possibilitando uma análise mais detalhada e contextualizada do património cultural e histórico, bem como o desenvolvimento da capacidade de o apreciar e preservar. Entre as disciplinas que

Gráfico 1 – Disciplinas que referem a palavra “Património”

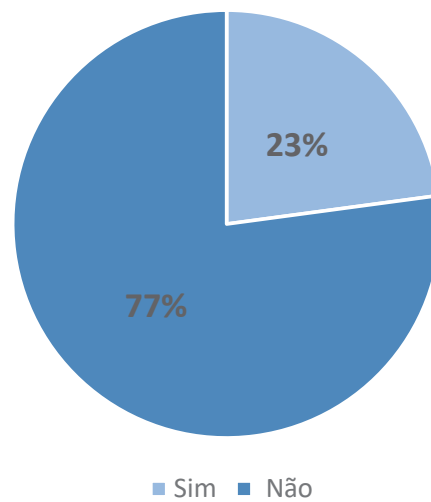
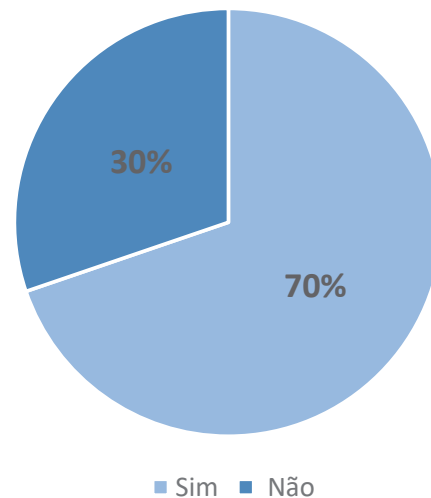


Gráfico 2 – AE: Conhecimentos, capacidades e atitudes



contemplam o património, destacam-se: Estudo do Meio, Artes Visuais, Educação Visual, Dança, Educação Tecnológica, Educação Musical, Espanhol, Geografia, Latim A, Antropologia, Oficina de Design e História, Culturas e Democracias.

No entanto, a prevalência do património em disciplinas de natureza artística, prática e humanística, levanta a questão da necessidade de uma abordagem equilibrada do património em todos os domínios de estudo. É importante ponderar o risco de descurar o papel do património em outras áreas do currículo nacional, privando os alunos de uma visão ampla e transdisciplinar da sua importância.

O Gráfico 3 mostra uma inconsistência preocupante no ensino do património em Portugal. Somente três disciplinas mencionam o “património” na categoria de Conceitos (História e Geografia de Portugal do 6º ano, Geografia do 8º ano e Geografia A do 11º ano) e não o fazem em Conhecimentos, Capacidades e Atitudes. Essa falta de ligação impede que os alunos desenvolvam uma compreensão profunda do tema, limitando a sua aprendizagem a um nível superficial e parcelado. Para compreender verdadeiramente o conceito de “património”, é importante que este esteja ancorado em conhecimentos essenciais. Sem essa base sólida, o estudo do património torna-se vago e sem propósito, incapaz de gerar uma aprendizagem duradoura e significativa. Essa lacuna no currículo português relega o “património” a um papel secundário nas disciplinas mencionadas, impedindo a sua abordagem como tema central e interdisciplinar. As críticas de Vygotsky ao ensino direto de conceitos sem contexto são particularmente relevantes neste contexto, uma vez que resultam numa memorização superficial e numa compreensão limitada por parte dos alunos.

O Gráfico 4 revela que apenas 11,63% das disciplinas (5 das 43 disciplinas), nomeadamente as de História e Geografia de Portugal (5.º e 6.º Anos) e História (7.º, 8.º e 9.º Anos), que fazem menção ao termo “património”, o fazem no âmbito das Competências Específicas. Esta constatação suscita diversas questões pertinentes. Como é possível desenvolver competências sem um alicerce sólido de conhecimentos ou conceitos? Ao negligenciar a interligação entre conhecimentos, conceitos e competências, o sistema educativo está a desperdiçar uma oportunidade valiosa. Sem conhecimentos, os conceitos perdem a sua relevância. Sem conceitos, os conhecimentos tornam-se meras informações desarticuladas. E sem uma aplicação prática, o processo de aprendizagem perde o seu propósito. A abordagem fragmentada do património pode aliená-lo da realidade dos alunos, transformando-o num tema abstrato e destituído de significado prático.

Gráfico 3 – AE: Conceitos

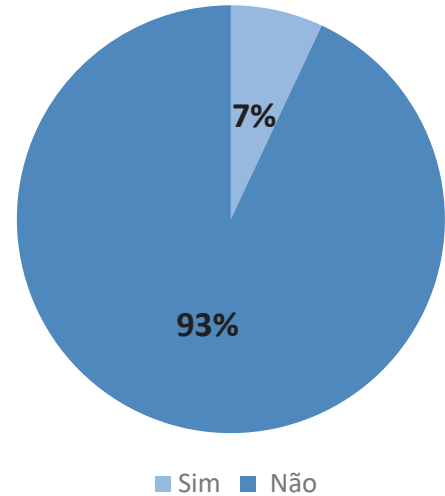
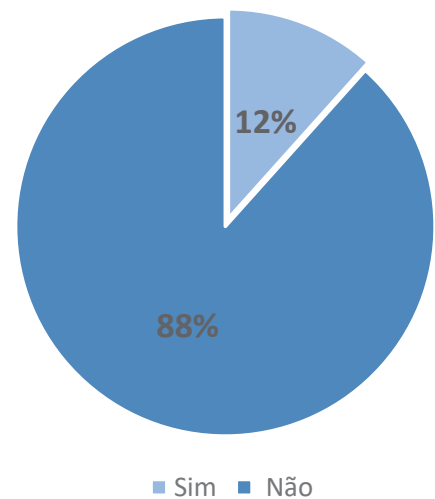


Gráfico 4 – AE: Competências específicas



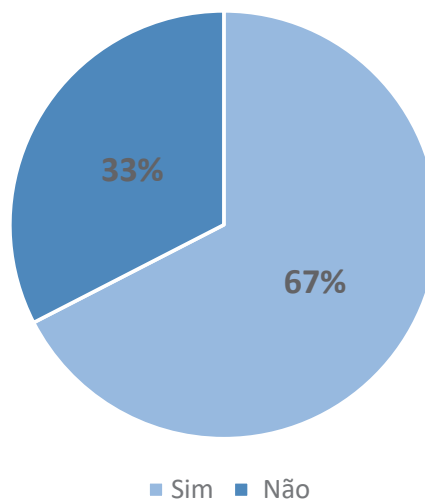
O Gráfico 5 mostra que aproximadamente 67,44% das disciplinas que mencionam o termo “património” estão associadas a Ações Estratégicas de Ensino Orientadas para o PASEO. Este facto representa uma oportunidade notável para promover o desenvolvimento de competências fundamentais nos alunos, tais como: pensamento crítico (capacidade para analisar diversas perspetivas sobre o património, questionar informações e formular argumentos consistentes); criatividade (exploração do património como fonte de inspiração para expressões artísticas e culturais); cidadania ativa (reconhecimento da importância do património para a identidade cultural e o progresso da sociedade) e trabalho colaborativo (colaboração com os colegas em projetos e pesquisas relacionados ao património). O potencial destas Ações Estratégicas de Ensino seria otimizado se não se limitassem a propostas pontuais em cada disciplina. Expandir as mesmas para uma integração mais coerente do património em todo o currículo poderia enriquecer significativamente a experiência educativa dos alunos.

A análise dos dados revela uma complexa e desafiadora realidade no âmbito do currículo nacional português, especialmente no que diz respeito à representatividade e à abordagem do património. O estudo sublinhou não só a limitada integração transversal deste tema, mas também a sua exploração específica restrita, sugerindo uma possível subestimação da sua importância na formação dos estudantes e comprometendo a capacidade de uma compreensão profunda da história e cultura do país. Esta lacuna ou marginalização no currículo educativo pode conduzir a uma visão superficial e fragmentada do legado cultural português.

Outros fatores convergem para a ineficácia da Educação Patrimonial no contexto educacional português. Entre eles, podemos destacar:

- Estrutura segmentada do conhecimento: Apesar dos apelos à interdisciplinaridade, o currículo atual apresenta uma estrutura compartimentada, dividindo o conhecimento em disciplinas isoladas. Essa divisão impede uma visão holística do património, dificultando a compreensão das suas conexões com diferentes áreas do conhecimento.
- Escassez de recursos e formação docente: A maioria dos professores carece de formação específica adequada para abordar o património de maneira transversal e interdisciplinar, o que restringe o uso eficaz do património como uma ferramenta pedagógica, resultando na simples transmissão de informações desvinculadas de contexto⁶.
- Ênfase em resultados de avaliação: A focalização excessiva em resultados de avaliação padronizados, como os exames nacionais, desencoraja a exploração aprofundada de temas complexos e contextualizados, como o património, reduzindo a autonomia dos professores e obstruindo a exploração crítica e criativa do património em ambiente escolar.

Gráfico 5 – AE: Ações estratégicas de ensino orientadas para o perfil dos alunos



⁶ É irónico notar que na Recomendação de Paris, em 1962, já se enfatizava: “(...) Os professores, a quem for confiada esta tarefa educativa nas escolas, deverão receber uma preparação especial para este efeito, sob a forma de cursos especializados que podem ser ministrados em estabelecimentos de ensino médio ou superior. (...)”

- Ausência de uma política curricular abrangente: falta de uma política curricular nacional específica para a Educação Patrimonial resulta na dependência desta área da iniciativa individual dos professores.
- Desconexão com o património local: A falta de ligação entre o currículo escolar e o património cultural específico das regiões pode resultar numa compreensão superficial e distante do património por parte dos estudantes, reduzindo o seu impacto educativo e cultural.
- Dificuldades na gestão do tempo escolar: Restrições de tempo dentro do horário escolar podem prejudicar a implementação de atividades educativas significativas relacionadas com o património, levando a um ensino superficial e fragmentado.
- Barreiras administrativas e burocráticas: A complexidade e burocracia dos processos administrativos podem dificultar a visita de alunos a alguns espaços culturais, limitando assim a sua abertura à participação escolar.

Estes fatores adicionais sublinham a complexidade e a abrangência dos desafios enfrentados pela Educação Patrimonial em Portugal, destacando a urgência de estratégias integradoras e abrangentes para fortalecer o seu papel no sistema educativo, promovendo uma educação mais contextualizada e inclusiva.

As consequências negativas na formação dos alunos são variadas e complexas. A falta de compreensão histórica e cultural limita a visão do passado e presente, prejudicando a interpretação do contexto atual e as expectativas futuras. Existe também uma desconexão preocupante com a identidade local, privando os estudantes da oportunidade de se identificarem com a sua história e herança cultural. A ausência de desenvolvimento do pensamento crítico e da consciência social impede a análise crítica do património e do seu papel na construção de um futuro sustentável, potencialmente contribuindo para atos de vandalismo. Por último, uma abordagem fragmentada e descontextualizada do património promove a desmotivação e o desinteresse pela cultura, afastando gradualmente os jovens da sua herança cultural.

Há várias oportunidades para melhorar a integração da Educação Patrimonial em Portugal, sendo imprescindível a atualização do currículo nacional. Esta revisão deve garantir uma inclusão clara e significativa do património, adaptada à realidade portuguesa, destacando a sua variedade e riqueza, reconhecendo as suas múltiplas formas e expressões. É essencial definir aprendizagens essenciais específicas e integrá-las de forma eficaz no currículo. Estas aprendizagens devem ser progressivas, acompanhando o desenvolvimento dos alunos ao longo de todo o percurso escolar, com o intuito de promover uma compreensão cada vez mais profunda e contextualizada do património.

Outro aspeto relevante é a promoção de conteúdos e competências interdisciplinares. A adoção de uma abordagem multifacetada pode enriquecer substancialmente a compreensão da herança cultural, histórica e natural, promovendo uma consciência de “democracia e cidadania cultural” (Carta de Porto Santo, 2021) em relação à identidade e diversidade. Esta visão ampla permite que os estudantes percebam o património como um fenómeno complexo, influenciado por diversas perspetivas e contextos históricos, sociais e culturais.

A Carta de Porto Santo enfatiza a revisão dos currículos escolares (Recomendações 12 e 13) para promover diversas perspetivas culturais e integrar transdisciplinarmente culturas, artes e patrimónios, reconhecendo-os como fundamentais para uma cidadania cultural participativa. A formação docente especializada (Recomendação 15) é indispensável para abordar o património de forma crítica e criativa, enquanto a colaboração com a comunidade local é vital para uma compreensão holística do património cultural, transcendendo análises técnicas para valorizar seu significado sociocultural.

Outras oportunidades de melhoria na Educação Patrimonial podem ser exploradas, como a adoção de metodologias ativas e participativas, como projetos, oficinas e visitas a locais históricos, que podem dinamizar

e conferir maior significado à aprendizagem do património. Da mesma forma, a integração de recursos tecnológicos e digitais, como plataformas *online* e aplicativos educativos, pode enriquecer o processo de ensino e aprendizagem do património, tornando-o mais acessível e atraente para os alunos.

Através de uma colaboração coordenada entre o Ministério da Educação, instituições de ensino, professores, comunidades locais e especialistas, é possível desenvolver uma Educação Patrimonial mais robusta, significativa e amplamente difundida em Portugal. Esta abordagem educacional visa não apenas transmitir conhecimentos, mas também promover a formação integral dos alunos, capacitando-os para serem cidadãos conscientes, críticos e participativos na sociedade portuguesa.

No panorama educacional português, a **Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania** assume um papel de destaque como terceiro referencial na construção de uma sociedade democrática. Alicerçada na participação ativa e consciente dos cidadãos, a Estratégia procura fomentar a formação cívica, elemento essencial para o desenvolvimento de um país plural e coeso.

Contudo, ao analisarmos esta estratégia à luz do conceito de património, verificamos uma integração menos evidente. Embora o património desempenhe um papel essencial na construção da identidade individual e coletiva, a sua integração neste documento parece diluída entre uma variedade de temas abordados na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento (CeD). A interculturalidade, um dos seis domínios do primeiro grupo de temas da CeD, é acompanhada por outros dois. Apesar de reconhecer a alteridade como um processo dinâmico de diálogo, interação e enriquecimento mútuo entre diferentes culturas e religiões, a educação para a cidadania em Portugal enfrenta desafios significativos na promoção efetiva tanto da interculturalidade quanto do património cultural nacional.

A restrição da carga horária curricular, que limita a disciplina de CeD a 45, 50 ou 90 minutos semanais, representa um obstáculo considerável à implementação de projetos e atividades abrangentes destinados a fomentar o conhecimento e a valorização da cultura em Portugal. Neste contexto, urge uma reflexão profunda sobre o papel da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania na promoção do enriquecimento cultural do país.

Diante deste cenário desafiador, é imperativo utilizar os recursos disponíveis através do Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, em conjunto com o Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC), regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio, e complementado pelo Decreto-Lei n.º 55/2018.

A autonomia atribuída às escolas, com uma margem variável entre 0% e 25%, permite uma adaptação localizada, dependendo da iniciativa de cada instituição de ensino. Instrumentos como o **Projeto Educativo de Escola**, o **Plano Anual de Atividades** e os **Domínios de Articulação Curricular** (DAC) desempenham um papel preponderante neste contexto.

O Projeto Educativo de Escola define os princípios fundamentais da instituição, estabelecendo a sua identidade e missão educativa, fornecendo uma base conceitual para a formulação das estratégias pedagógicas. Por outro lado, o Plano Anual de Atividades facilita a planificação e execução de eventos ao longo do ano letivo, contribuindo para a concretização dos objetivos educacionais previamente estabelecidos. Por fim, os Domínios de Articulação Curricular oferecem uma estrutura flexível para a integração de diferentes áreas do conhecimento, promovendo uma abordagem interdisciplinar e contextualizada do currículo.

Estes instrumentos capacitam as escolas a ajustar o ensino às necessidades específicas dos alunos e às características do ambiente circundante, promovendo uma educação mais personalizada e adaptada às exigências locais.

A flexibilidade proporcionada não só promove a inovação pedagógica, mas também incentiva uma maior participação das comunidades escolares na formulação e implementação de políticas educacionais adaptadas às suas necessidades específicas. Assim, o currículo pode evoluir de um modelo inflexível e uniforme para uma construção dinâmica e personalizada, capaz de melhor atender às exigências da sociedade contemporânea e às particularidades individuais dos alunos.

Considerar a adoção de um currículo adaptado à realidade local, explorando os recursos patrimoniais do meio circundante emerge como uma proposta válida e pertinente, conforme sustentado por Martins (2017). Nesta perspectiva, os Açores destacam-se em Portugal ao adotarem uma abordagem inovadora no ensino do património cultural. A implementação de uma componente curricular específica dedicada ao património, denominada “História, Geografia e Cultura dos Açores”, apresenta uma oportunidade singular para enriquecer a experiência educativa dos alunos e fortalecer a sua identidade regional.

O modelo educacional nos Açores é distinto pela ênfase no ensino-aprendizagem que valoriza os elementos culturais, históricos e geográficos característicos da região. Ao focar na Açorianidade como elemento essencial do contexto educativo, visa transmitir conhecimentos académicos e cultivar nos alunos um profundo sentido de identidade e orgulho em relação às suas raízes açorianas. Esta estratégia prepara os alunos para serem indivíduos instruídos e cidadãos conscientes, participativos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da sua comunidade e do arquipélago.

Areias (2021) sublinha a importância do reforço da formação científica dos professores como um pilar fundamental para o sucesso deste projeto inovador. Ao capacitar os professores com ferramentas e conhecimentos específicos sobre a Açorianidade, garante-se um ensino de qualidade e uma aprendizagem mais eficaz pelos alunos, tornando assim tangível a valorização do património cultural açoriano.

Outro exemplo relevante é o Plano Nacional das Artes (PNA), lançado em 2019 pelos Ministérios da Cultura e da Educação, em resposta à necessidade constitucional de democratizar o acesso à cultura e fomentar a participação ativa dos cidadãos na vida cultural do país. Em colaboração com entidades públicas e privadas, o PNA organiza e promove uma oferta cultural diversificada e de qualidade. Os projetos desenvolvidos no âmbito do PNA desempenham um papel notável na valorização da cultura e do património, incentivando os alunos a conhecer, apreciar e interagir com o património cultural português.

É fundamental compreender que a valorização do património cultural não pode ser episódica. Para ser genuinamente significativa, deve ser um princípio integrado nas comunidades e nas instituições de ensino. Isso implica não apenas realizar atividades culturais, mas também integrar de forma intrínseca o conhecimento sobre o património no **Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória**, nas **Aprendizagens Essenciais**, na **Estratégia Nacional para a Cidadania** e na **identidade local**.

Esta abordagem deve evitar uniformizações que restrinjam a participação ativa dos alunos, permitindo ampliar os seus conhecimentos sobre o património local, fortalecer os laços comunitários e enriquecer a experiência educativa de forma mais significativa.

Sugerimos a criação de uma entidade similar ao Observatório Espanhol de Educação Patrimonial, concebida como recurso valioso para o progresso da Educação Patrimonial em Portugal. Este hipotético Observatório Português teria como missão principal reunir e divulgar conhecimento sobre Educação Patrimonial, promover a formação contínua dos docentes, incentivar a participação da comunidade e garantir uma divulgação eficaz dos projetos nesta área. Paralelamente, propomos o estabelecimento de uma Rede Nacional de Escolas dedicadas à Educação Patrimonial, comprometidas em conceber e implementar iniciativas inovadoras neste domínio, fomentar a colaboração entre escolas e outras instituições na valorização do património cultural e disseminar as boas práticas em Educação Patrimonial.

Investir numa Educação Patrimonial integrada é essencial para uma sociedade consciente e comprometida com a preservação cultural. Esta iniciativa promove uma aprendizagem inclusiva e participativa, transcendendo as fronteiras da sala de aula para envolver toda a comunidade. A Nova Carta das Cidades Educadoras apoia esta visão, enfatizando políticas públicas que valorizam e preservam o património cultural local. É imperativo promover o conhecimento e o respeito pelas tradições locais, incentivando o diálogo intercultural e reconhecendo a diversidade como um fator de enriquecimento social. Assim, a Educação Patrimonial no século XXI deve ser abrangente, contínua e sustentável, desempenhando um papel vital na preservação e valorização da diversidade cultural das comunidades.

3.3 – O Clube do Património da ESQM

Desde a sua criação em 2005, o Clube do Património da Escola Secundária Quinta do Marquês (ESQM), situada em Oeiras, tem mantido uma atividade contínua. Fundado pela professora de História, Luísa Godinho, o clube integra docentes de diversas áreas do saber, abrangendo disciplinas como História, História A, História da Cultura e das Artes, Filosofia e Educação Visual, com a participação ocasional de professores de outras áreas.

O principal objetivo do Clube do Património é promover, divulgar e valorizar o património local do concelho de Oeiras. Além disso, empenha-se na sensibilização para a preservação desse património e na promoção da responsabilidade social da ESQM, comprometida com a formação integral dos seus alunos e a sua inserção ativa na comunidade.

Ao longo dos últimos 18 anos, o clube tem sido uma fonte dinâmica de atividades que transcendem os limites da sala de aula e da escola, estendendo-se pelos espaços emblemáticos de Oeiras. Em colaboração com alunos do 7.º ao 12.º ano, têm sido desenvolvidas diversas iniciativas, tais como visitas guiadas a locais históricos, palestras com especialistas, *workshops* de arte e cultura, e exposições temáticas.

As atividades promovidas pelo Clube do Património da ESQM enriquecem o percurso educativo dos estudantes, proporcionando uma aprendizagem prática e abrangente, e reforçam os vínculos entre a instituição escolar e a comunidade local. O clube destaca-se como um exemplo de envolvimento ativo dos jovens na valorização e salvaguarda do património cultural, desempenhando um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes e empenhados na preservação da sua herança histórica e cultural.

Entre as iniciativas desenvolvidas, destacam-se:

- Concursos de Fotografias de Oeiras: Promoveram o conhecimento e valorização do património natural e cultural de Oeiras através da fotografia.
- Mostras Gastronómicas da Doçaria de Oeiras: Divulgaram a riqueza e diversidade da doçaria tradicional de Oeiras.
- Santos Populares com Arraial: Celebraram as festividades populares de Oeiras, incluindo arraiais festivos que uniram a comunidade.
- Passear é Descobrir!: Organizaram percursos pedestres pelo concelho de Oeiras, envolvendo alunos e suas famílias.
- Concurso As Maravilhas do Concelho: Estimularam a criatividade e pensamento crítico dos alunos através da construção de maquetes do património de Oeiras.
- Património Negligenciado - A Casa da Pesca: Sensibilizaram para a preservação do património através da análise da Casa da Pesca.

- Percursos por Oeiras: Exploraram o património cultural e natural do concelho através de percursos pedestres.
- Vamos adotar Oeiras! Fotografias com História: Projeto artístico que usou a Fotografia Participativa para explorar o património de Oeiras, promovendo a interação com a comunidade local.
- Vamos adotar Oeiras! Palácios e Palacetes: Exploraram o património material e imaterial de Oeiras, incentivando a preservação dos palácios e palacetes do concelho.
- Oeiras Voltada ao Mar: Englobou diversas iniciativas para promover a valorização do património marítimo de Oeiras, integrando disciplinas como História, Educação Visual e outras.

O projeto “Percursos por Oeiras” foi reconhecido pelo programa Oeiras Educa+, resultando em *flyers* que traçam itinerários pelo território de Oeiras. Este projeto destacou-se pela participação democrática entre alunos e professores, permitindo uma apropriação emocional e afetiva do património cultural estudado.

O Clube do Património da ESQM desempenha um papel relevante na formação integral dos alunos, na preservação do património local e no fortalecimento da comunidade. Este clube exemplifica como a educação pode promover a valorização e preservação do património cultural e natural local.

4 – O POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DE LECEIA

4.1 – Contextualização histórica

O despertar do interesse arqueológico em Oeiras, com destaque para o Povoado Pré-Histórico de Leceia, teve o seu início em 1878, quando Carlos Ribeiro, renomado geólogo e arqueólogo, apresentou à Academia Real das Ciências de Lisboa a primeira comunicação dedicada a um povoado pré-histórico em Portugal, intitulada “Estudos prehistoricos em Portugal – Notícia de Algumas Estações e Monumentos Prehistoricos”. O envolvimento inicial de Ribeiro teve lugar durante o levantamento geológico da periferia de Lisboa nas décadas de 1850 e 1870, associado ao fornecimento de água à capital. No decurso dos trabalhos, Ribeiro identificou duas estações arqueológicas relevantes: Leceia e a necrópole na gruta natural da Ponte da Lage.

A análise minuciosa dos artefactos arqueológicos de Leceia permitiu a Ribeiro classificar as características distintivas do local como um “castro” fortificado, distanciando-se da simples categorização de “povoado”. Este facto, datado da época pré-histórica, conferiu uma relevância de grande destaque a Oeiras, realçando o seu papel e importância no contexto histórico e arqueológico.

A divulgação do seu trabalho despertou o interesse nacional e internacional⁷, influenciando figuras proeminentes como José Leite de Vasconcelos, então diretor do Museu Nacional de Arqueologia.

As visitas de Vasconcelos deixaram uma marca expressiva no acervo daquele museu, incluindo não apenas os materiais por ele recolhidos, mas também os provenientes de outros colaboradores.

Conforme mencionado por João Luís Cardoso (2022), o interesse pelo povoado parece ter conduzido à criação de um museu por volta de 1909, frequentado, entre outros, por Vasconcelos, destacando o seu empenho na preservação e divulgação do conhecimento arqueológico local.

A expansão da coleção do Museu Nacional de Arqueologia relacionada com Leceia continuou nas décadas seguintes, impulsionada pela dedicação de Abílio Rozeira e pelas investigações colaborativas de

⁷ A presença de Henri Breuil, um destacado arqueólogo francês, é reflexo da atração internacional que Leceia conquistou.

Joaquim Fontes, em conjunto com Álvaro de Brée. O ponto de partida desse crescimento foi a publicação, em 1926, por parte de Rozeira, da primeira evidência da metalurgia pré-histórica na região, materializada num machado de alvado do Bronze Final e num anel recolhidos nos terrenos da Fábrica da Pólvora de Barcarena (CARDOSO, 2022).

Impelido pela percepção imediata da ameaça ao povoado, Álvaro de Brée iniciou, em 1959, uma série de esforços direcionados à classificação⁸ e preservação da região, comunicando esta decisão à Junta Nacional da Educação. Brée alertou para o risco iminente de destruição da área, resultante de projetos delineados pelos proprietários dos terrenos. Entre esses proprietários, um manifestou a intenção de construir uma oficina de canteiro, enquanto outro já havia plantado árvores em locais de relevância arqueológica, conforme destacado nos estudos de Joaquim Fontes e apresentado na Exposição Comemorativa do Centenário do Concelho de Oeiras, seguido de um relatório subsequente (CARDOSO, 2022).

Após uma prolongada consulta aos proprietários, focada na classificação dos terrenos da estação arqueológica de Leceia, meticulosamente documentada por João Luís Cardoso (2022), o processo culminou com a classificação do local como Imóvel de Interesse Público em 1963, através do Decreto n.º 45 327, de 25 de outubro. A classificação, fundamentada na proposta da “linha de entricheiramento” de Carlos Ribeiro, que abrange toda a povoação de Leceia, destacou-se como o critério adotado.

No final de 1982, o Instituto Português do Património Cultural (IPPC) arquivou o processo de classificação da estação arqueológica de Leceia devido à ineficácia na aplicação prática, causada pela falta de uma planta atualizada do local. Esta ação destacou uma lacuna no processo de classificação e expôs desafios significativos na preservação, abrangendo aspetos legais, técnicos e práticos.

O episódio evidenciou a complexidade da preservação do património arqueológico em contexto urbano, ressaltando a necessidade urgente de implementar estratégias abrangentes, colaborativas e preventivas que considerem as dinâmicas sociais e urbanísticas em constante evolução. Nesse sentido, Leceia destaca-se como um estudo de caso exemplar no que diz respeito às estratégias integradas para a salvaguarda do património histórico e identitário em áreas urbanas.

Devidamente autorizado pelo IPPC e consciente das ameaças iminentes da expansão urbana sobre Leceia, João Luís Cardoso deu início às escavações arqueológicas em agosto de 1983, as quais se estenderam até 2002. Esta intervenção foi reconhecida como a mais extensa já realizada numa estação pré-histórica em Portugal, abrangendo uma área superior a 11.000 metros quadrados.

Os resultados das pesquisas exaustivas confirmaram a complexidade da estratigrafia e a presença de estruturas em profundidade, exigindo uma análise metódica do local. A metodologia de escavação em área aberta seguiu então três vetores fundamentais: a delimitação da estratigrafia para esclarecer a sequência de deposição dos sedimentos e relações observadas com as estruturas, permitindo uma reconstrução mais precisa da evolução temporal do povoado; a identificação das diversas fases de construção e ocupação, desde a sua fundação até ao momento de abandono; e a análise tipológica do conteúdo arqueológico, possibilitando a identificação de distintas fases culturais e a compreensão das atividades realizadas pelos habitantes de Leceia.

Para o estabelecimento da cronologia, foi adotada uma abordagem combinada: a cronologia relativa baseou-se na observação das camadas e na análise do conteúdo artefactual, enquanto a cronologia absoluta foi determinada através da datação sistemática de materiais orgânicos, especialmente restos ósseos, utilizando o método radiocarbono.

⁸ A classificação assume uma função vital na defesa e conservação do legado arqueológico, cujos vestígios são tão preciosos quanto vulneráveis, tornando-se irrecuperáveis uma vez danificados.

A combinação dessas abordagens não só possibilitou identificar a sequência temporal das camadas e estruturas, como também permitiu atribuir datas mais precisas a eventos específicos, contribuindo significativamente para uma compreensão mais profunda da história do sítio arqueológico ao longo do tempo. Saliente-se que esses princípios metodológicos foram consistentemente aplicados ao longo do projeto, proporcionando uma base sólida para a interpretação dos dados obtidos. A consistência e coerência metodológica asseguraram uma compreensão alargada da história e evolução do povoado pré-histórico de Leceia, desde os seus primórdios até ao abandono, e do seu papel no contexto da pré-história em Portugal.

A partir de 1986, esta metodologia possibilitou a confirmação e fundamentação da correlação entre as fases culturais e construtivas em toda a extensão da área escavada. Como resultado, foram identificadas três fases culturais distintas: Neolítico Final, Calcolítico Inicial e Calcolítico Pleno/Final, em cinco fases construtivas (CARDOSO, 2022).

Assim sendo, a estratégia metodológica adotada revelou-se determinante para uma compreensão mais completa da complexidade histórica do povoado de Leceia, especialmente numa área tão vasta e com uma arquitetura tão variada, que englobava estruturas defensivas, comunitárias e habitacionais, utilizadas pelas comunidades agro-pastoris hierarquizadas, sustentadas pela caça, pesca e recolção de moluscos (CARDOSO, 1997).

A delimitação do perímetro da área de interesse arqueológico (zona “*non aedificandi*”) e a respetiva zona de proteção especial envolvente, estabelecida pela Portaria n.º 470/86, de 27 de agosto, teve como base os resultados das campanhas arqueológicas conduzidas por João Luís Cardoso, conforme mencionado anteriormente. Desde 1986, o Município de Oeiras tem garantido a proteção física da zona “*non aedificandi*”, inicialmente com uma vedação temporária, substituída em 1994 por uma vedação mais robusta, com o objetivo de preservar a integridade da estação arqueológica. Esta medida foi implementada devido às frequentes pilhagens facilitadas pela fácil acessibilidade do local. No mesmo período, tanto o Município quanto o IPPAR também empreenderam ações de restauro e consolidação das estruturas expostas, sob a coordenação de João Luís Cardoso.

A partir desse momento, a autarquia iniciou a aquisição de terrenos no perímetro da zona “*non aedificandi*” com o objetivo de assegurar a efetiva proteção da área classificada, envolvendo complexas negociações com proprietários e declarações de Utilidade Pública. A complexidade do processo foi agravada pela intensa pressão urbanística na região, resultando em pedidos de indemnização por parte de alguns detentores de propriedades, envolvendo valores superiores aos de mercado para parcelas com limitações idênticas. Estes desafios desencadearam negociações que muitas vezes culminaram em acordos de permuta e na atribuição de responsabilidades por parte do Estado. Tais procedimentos expandiram-se recentemente para terrenos localizados na Zona de Proteção Especial (ZPE) e estão prestes a alcançar uma resolução (março de 2024).

Segundo João Luís Cardoso (2022), a posse efetiva dos terrenos, especialmente na zona “*non aedificandi*”, revelou-se essencial para a continuidade de várias iniciativas, que vão desde a pesquisa e preservação até à valorização patrimonial da estação arqueológica. Além disso, demonstrou ser indispensável para a implementação de ações de musealização, animação e divulgação, com o objetivo de promover um acesso sustentável e significativo à comunidade, como é salientado e exemplificado em diversas publicações (CARDOSO, 2000; CARDOSO, 2011).

Durante os anos de 1987 e 1994, foram realizados trabalhos de restauro das estruturas arqueológicas em Leceia, com especial ênfase na sua conservação e valorização. Paralelamente, foram plantadas diversas espécies arbóreas na zona restrita do sítio arqueológico, como parte de um projeto de paisagismo mais amplo. Estas medidas responderam à necessidade imediata de salvaguardar o valioso património arqueológico, ao

mesmo tempo que refletiram um compromisso firme com a partilha do conhecimento histórico e cultural de forma inclusiva e inspiradora para todos os setores da sociedade.

Na sequência dessas iniciativas, promoveu-se a Exposição Monográfica “Povoado de Leceia: Sentinela do Tejo no Terceiro Milénio a.C.”, organizada pelo Município de Oeiras e pelo Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, que decorreu entre 17 de julho de 1997 e 6 de abril de 1998 (CARDOSO, 1997). O sucesso alcançado pela exposição refletiu-se na sensibilização do público para a importância deste sítio arqueológico, contribuindo assim para o reforço do seu valor cultural e histórico na consciência coletiva. Posteriormente, a exposição foi transferida para a Fábrica da Pólvora, onde se inaugurou a Sala de Arqueologia, coincidindo com as celebrações do Dia do Município em 1998.

Um aspeto relevante a ser mencionado é a decisão deliberada de preservar uma área não escavada entre as linhas defensivas de Leceia. Esta escolha foi motivada pelo intuito de assegurar que as futuras gerações de arqueólogos possam continuar a explorar o sítio e conduzir investigações adicionais. Ademais, a manutenção dessa zona intacta permitirá a aplicação de novas técnicas e abordagens arqueológicas, conforme a ciência progride neste domínio. Desta forma, ao conservar um espaço não escavado, sublinha-se a contínua importância do sítio arqueológico de Leceia como um local de significativa relevância histórica e arqueológica, promovendo o estudo e a investigação futura nesta região.

Num olhar retrospectivo sobre os cinquenta anos de pesquisa realizada no povoado pré-histórico de Leceia, sob a supervisão de João Luís Cardoso, destacamos os elementos que, do nosso ponto de vista, mais contribuíram para conferir credibilidade às escavações arqueológicas neste local.

A disposição para o diálogo, partilha e colaboração com a comunidade académica, tanto a nível nacional quanto internacional, aliada à organização de conferências, seminários e publicações regulares dos resultados, revelaram-se fundamentais para enriquecer o debate científico em torno deste importante sítio arqueológico.

A obtenção direta do conhecimento no terreno durante o trabalho de campo permitiu uma compreensão abrangente da sequência construtiva, estratigráfica, cultural e cronológica do sítio, estabelecendo uma base documental e material para análises e interpretações presentes e futuras.

Além disso, a validação contínua das sínteses dos extensos trabalhos arqueológicos realizados refletiu um compromisso com a precisão e exatidão dos resultados, fortalecendo a credibilidade da pesquisa e promovendo uma análise crítica dos dados para interpretações robustas.

A consistência metodológica ao longo de toda a investigação, desde a escavação até à análise dos artefactos e dos contextos estratigráficos, constituiu outro aspeto fundamental para garantir a fiabilidade dos resultados. Esta coerência envolveu a aplicação de métodos padronizados ao longo de toda a pesquisa arqueológica, assegurando a comparabilidade dos dados ao longo do tempo e contribuindo para uma compreensão mais profunda e precisa do sítio arqueológico em questão.

A gestão cuidadosa dos registos estratigráficos e dos artefactos arqueológicos, bem como a publicação exaustiva de ambos, também se destacou como uma medida essencial para assegurar a precisão das conclusões alcançadas. Isso incluiu não só a preservação da integridade dos dados, mas também a documentação adequada das descobertas arqueológicas, garantindo a sua acessibilidade e utilidade para futuras investigações. Essa prática meticulosa não apenas fortaleceu a confiabilidade dos resultados obtidos, mas também facilitou a colaboração entre investigadores e a continuidade dos estudos sobre o sítio arqueológico.

A colaboração interinstitucional, fomentada pelo arqueólogo coordenador do projeto, sobretudo com o Município de Oeiras, o IPPAR e o IPPC, e posteriormente com o Instituto Português de Arqueologia, teve um papel significativo no reconhecimento, valorização e preservação das investigações em Leceia.

Por fim, importa ressaltar a liderança e influência marcantes da personalidade de João Luís Cardoso na condução íntegra, cuidadosa e rigorosa de todo o trabalho arqueológico. Este facto sugere que as características individuais dos investigadores desempenham um papel relevante na qualidade e na abordagem da pesquisa arqueológica, adicionando uma dimensão humana a todo o processo científico.

4.2 – O ministério de João Luís Cardoso

O fascínio pela arqueologia pré-histórica de Leceia parece ter despertado aos 13 anos de idade em João Luís Cardoso, quando recebeu de um familiar a monografia de Carlos Ribeiro, previamente mencionada. A oferta da monografia e a subsequente visita inaugural a Leceia assinalaram o ponto de partida de uma jornada de descobertas e dedicação ao estudo do passado. Essa trajetória desdobrou-se em extensas campanhas de escavações, estudos interdisciplinares e multidisciplinares, contribuindo significativamente para o entendimento arqueológico do local. A vida de João Luís Cardoso passou a ser quase inteiramente dedicada ao reconhecimento da importância de Leceia.

Como atestado no prefácio do primeiro volume da revista “Estudos Arqueológicos de Oeiras” de 1991 por Isaltino de Moraes, presidente do Município de Oeiras, João Luís Cardoso é reconhecido como a “alma mater” deste local. O título denota um reconhecimento formal, atribuindo-lhe um “estado de alma”, cujo compromisso com a preservação e compreensão do Património Arqueológico transcendeu o mero exercício profissional.

O trigésimo primeiro volume da revista “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, dedicado a meio século de investigação em Leceia (1972-2022), é um testemunho da dedicação incansável e dos esforços inabaláveis despendidos pelo investigador ao longo de cinco décadas (CARDOSO, 2022). A leitura atenta desta obra revela, em cada página, o compromisso de João Luís Cardoso com a precisão, o pormenor, o detalhe e o rigor dos dados, destacando, ao mesmo tempo, uma atenção meticulosa à documentação. Cada tópico, descoberta e contribuição é escrutinado cuidadosamente, sublinhando a importância de uma perspectiva rigorosa para o progresso do conhecimento arqueológico. A obra presta uma justa homenagem ao duradouro legado do arqueólogo João Luís Cardoso, enquanto Coordenador Científico do Projeto de Investigação de Leceia.

O comprometimento, dinamismo e persistência de João Luís Cardoso na preservação do sítio, na sua demarcação cartográfica e na condução de escavações sistemáticas ressaltam como elementos determinantes na obtenção de uma compreensão aprofundada do contexto arqueológico de Leceia. A colaboração com figuras destacadas como Georges Zbyszewski e Veiga Ferreira (que foram de facto os seus dois Mestres), reflete uma perspectiva interdisciplinar e inovadora na investigação arqueológica⁹. Esta sinergia de esforços não só estabeleceu um novo padrão na investigação, mas também impulsionou estudos pioneiros em análises como a arqueometalurgia e a zooarqueologia, revelando avanços metodológicos notáveis e enriquecendo substancialmente a nossa compreensão da Pré-História portuguesa.

Para além do laborioso empenho evidenciado, João Luís Cardoso sempre deu grande importância à divulgação regular e detalhada das descobertas científicas (CARDOSO, 2003). Desde cedo, considerou essencial partilhar os resultados das investigações através de diversos meios, incluindo comunicações, palestras, colóquios¹⁰,

⁹ É relevante salientar que, dada a amplitude dessas colaborações científicas, é inviável mencioná-las todas.

¹⁰ A 24 de maio de 2024, teve lugar o III Colóquio Internacional “História das Ideias e dos Conceitos em Arqueologia”, realizado no Templo da Poesia, em Oeiras.

conferências¹¹, assim como em livros, monografias, artigos sintéticos, ensaios sobre ocupações específicas, estudos detalhados sobre materiais arqueológicos, artigos de divulgação do património e catálogos. Este vasto conjunto de produção científica totaliza 110 publicações, todas dedicadas ao estudo do povoado pré-histórico de Leceia. Esta prática foi sustentada pela convicção de que a palavra escrita possui uma eficácia, durabilidade e consequências mais significativas do que aquela que é meramente oral (CARDOSO, 2022). Deste modo, acredita-se que a produção escrita proporcionaria uma preservação mais duradoura e impactante do conhecimento científico gerado, alinhando-se, assim, com a primazia da disseminação qualificada e fundamentada das descobertas realizadas em Leceia (CARDOSO, 2022).

No âmbito do Despacho 53/2018, datado de 23 de maio de 2018 e emitido pelo Presidente do Município de Oeiras, Dr. Isaltino Morais, foi confirmada a João Luís Cardoso a Coordenação do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (CEACO), destacando-se assim o seu mérito científico à frente deste organismo municipal, com comunicação direta com o Presidente da autarquia.

O investigador também assume o cargo de Editor Científico na renomada “Revista de Estudos Arqueológicos de Oeiras”, contribuindo não apenas para o seu prestígio, mas também para o avanço do conhecimento nesta área. A longa história dessa publicação, com 33 volumes já publicados até ao presente ano, confirma a sua constante relevância e destaca a dedicação e o profissionalismo de João Luís Cardoso no campo científico.

O legado de João Luís Cardoso como arqueólogo dedicado é inegável, tendo o seu trabalho em Leceia enriquecido significativamente o estudo da Pré-História portuguesa e a relevância de Oeiras neste contexto, aliás bem expresso numa obra maior do autor, a “Pré-História de Portugal” (CARDOSO, 2007).

4.3 – Das campanhas arqueológicas à análise laboratorial

Ao longo de duas décadas, as campanhas arqueológicas contaram com a participação ativa de mais de duzentos jovens voluntários, incluindo membros do Agrupamento do Estoril do Corpo Nacional de Escutas, estudantes universitários de várias instituições, participantes do Programa OTL da Câmara Municipal de Oeiras e do Programa “Ações de Formação em Arqueologia”, conforme detalhado por João Luís Cardoso (2022).

O envolvimento desses jovens evidenciou o seu interesse pela arqueologia, o desejo inato de descoberta e o fascínio por todo o processo, como enfatizado por João Luís Cardoso (2022), trazendo ainda a sua jovialidade para as escavações. É significativo afirmar que, segundo o autor, as escavações tiveram a dupla função de promover o conhecimento e o exercício da cidadania entre os jovens, reforçando os sentimentos de sociabilidade, pertença e responsabilidade cívica em cada um deles.

Os trabalhos empreendidos contaram com o apoio institucional, financeiro e técnico-logístico do Município de Oeiras desde 1983, ressaltando-se o papel preponderante do seu Presidente, Dr. Isaltino Morais, na viabilização desse suporte. Paralelamente, também se registou o contributo de outras entidades como o Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (IPPAR) e outros Institutos estatais que o antecederam e sucederam, como o Instituto Português de Arqueologia.

¹¹ De fevereiro a junho/24, na Livraria Municipal Verney, em Oeiras, às 18H00, decorreu o ciclo de conferências “Pré-História do Concelho de Oeiras”. As cinco palestras que constam do programa serão conduzidas pelo Professor Doutor João Luís Cardoso, explorando a evolução da ocupação humana no concelho desde os primeiros vestígios até à Idade do Bronze. <https://www.oeiras.pt/-/ciclo-de-conferencias-pre-historia-do-concelho-de-oeiras>.

A criação do CEACO em 1988, sob a iniciativa do Presidente do Município, teve um impacto significativo no desenvolvimento do projeto em Leceia. Ao dotar o projeto de uma estrutura dedicada à pesquisa e divulgação do conhecimento arqueológico na região, o CEACO destacou-se como pioneiro a nível nacional no âmbito autárquico. Esta medida fortaleceu o empenho local na preservação do património histórico e introduziu um modelo inovador na gestão autárquica, fomentando assim o conhecimento e a cultura arqueológica, evidenciando a importância do compromisso institucional na salvaguarda e divulgação do património cultural.

A equipa do CEACO é liderada pelo seu Coordenador Científico, o Professor Doutor João Luís Cardoso, e composta por dois técnicos especializados, a Dr.^a Conceição André e o Dr. Filipe Martins, além de um desenhador de arqueologia, o Dr. Bernardo Ferreira.

No Regulamento Orgânico da CMO, conforme publicado no Diário da República de 3 de novembro de 2022¹², estão descritas as diversas responsabilidades atribuídas ao CEACO, integrado no, Departamento de Artes, Cultura e ao Turismo e Património Histórico. As suas funções abrangem uma diversidade de tarefas, desde o levantamento e inventariação dos valores patrimoniais arqueológicos do município até à divulgação dos resultados das intervenções realizadas. Para além disso, o CEACO é responsável por desenvolver uma estratégia de investigação e gestão do património arqueológico, assegurando também o planeamento e execução das ações nos domínios da inventariação, estudo e salvaguarda do património arqueológico concelhio. Em simultâneo, compete ao CEACO manter atualizada a Carta Arqueológica do concelho, supervisionar obras municipais que possam ameaçar vestígios arqueológicos¹³, assim como aquelas de natureza privada e empresarial, e organizar exposições permanentes de arqueologia. Ademais, promove atividades de valorização e divulgação do património arqueológico local e regional, através da organização de colóquios, publicações, visitas guiadas, intercâmbios, apoio a estágios curriculares e a projetos de investigação. Em resumo, o CEACO desempenha uma função essencial na preservação e promoção do património histórico e arqueológico de Oeiras.

Desde a sua integração na histórica Fábrica da Pólvora de Barcarena, o CEACO tem desempenhado um papel primordial nas escavações e prospeções arqueológicas realizadas no concelho de Oeiras. Paralelamente, destaca-se na investigação científica e nas atividades laboratoriais e de gabinete. Estas operações, conduzidas em parceria ou colaboração científica por especialistas de diversas formações, tanto nacionais como estrangeiros, seguem os procedimentos convencionais usuais: lavagem, marcação, restauro e catalogação dos artefatos.

As diligências sistemáticas e exaustivas realizadas pelo CEACO revelam um cuidado excecional na documentação de todo o espólio arqueológico após a conclusão dos trabalhos de campo. Este esforço assegura a preservação do património e estabelece uma base sólida para estudos subsequentes dos sítios analisados.

Os estudos em Leceia distinguem-se pela sua abordagem pluridisciplinar, que combina tecnologias avançadas¹⁴ e integra especialistas de diferentes domínios científicos, como geologia, antropologia, paleontologia, paleobotânica, genética, química, mineralogia, arqueometalurgia, petrografia, ictiofauna e biologia molecular, zooarqueologia, entre outros, conforme bem evidenciam as publicações produzidas.

¹² Despacho 12771/2022, de 3 de novembro. Diário da República. 2ª Série. 212. [on line]. (03-11-2022). 759- 866. [Consult. em 5 de fev. 2024]. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/12771-2022-202986675>

¹³ Esta prática garante a avaliação prévia do organismo em licenciamentos que envolvam intervenções no subsolo, garantindo-se o desenvolvimento sustentável e culturalmente responsável nas intervenções urbanas.

¹⁴ Referência ao pioneirismo em análises não destrutivas de ligas metálicas de artefactos pré-históricos, como é o caso do Ciclotrão do Centre Européen de Recherches Nucleaires (Genebra) para análise da composição de algumas peças de cobre (CARDOSO, 2022).

Desvendar e reconstruir os padrões de vida das comunidades que habitaram o local ao longo do tempo é possível graças à colaboração interdisciplinar, que enriquece a investigação arqueológica. Esta visão permite uma compreensão mais profunda dos aspetos económicos, sociais, alimentares, culturais e tecnológicos dessas comunidades, os quais, de outra forma, nos seriam inacessíveis. Ao integrar conhecimentos e técnicas de diversas disciplinas, estes estudos realçam o poder da colaboração e inovação na procura pelo conhecimento histórico.

O pioneirismo dos trabalhos em Leceia não pode ser subestimado. Desde investigações sobre a composição de ligas metálicas até análises genéticas de canídeos pré-históricos, cada pesquisa revela uma perspetiva da vida antiga naquela região.

A investigação da diversidade de materiais arqueológicos em Leceia, como pedra lascada e polida, cerâmica, objetos metálicos, artefactos em osso e marfim, restos faunísticos e malacológicos, contas de fluorite ou de variscite, reforçou a necessidade de uma abordagem multidisciplinar nos estudos aí realizados. A análise desta vasta gama de materiais demonstrou a complexidade e sofisticação das culturas em Leceia, assim como as suas interações económicas com outras regiões.

Outro ponto significativo reside nas colaborações e parcerias científicas estabelecidas ao longo dos anos, sublinhando a importância da internacionalização da pesquisa arqueológica em Leceia.

A constante partilha de conhecimentos entre especialistas de diversas nacionalidades enriqueceu as metodologias e técnicas utilizadas, garantindo a divulgação dos resultados em revistas científicas de renome internacional. Este intercâmbio promoveu a disseminação do conhecimento e a reputação da arqueologia portuguesa no panorama global.

Em síntese, os achados arqueológicos em Leceia e o trabalho realizado pelo CEACO em Oeiras transcendem a simples descoberta histórica. Desempenham um papel primordial na construção da identidade cultural regional, proporcionando uma base sólida para o presente e orientando o futuro.

4.4 – A relevância de Leceia na revitalização da memória oirense

Num mundo em constante mudança, a preservação e valorização do nosso legado histórico e cultural assumem uma importância cada vez maior. O exemplo de Leceia é particularmente inspirador desta necessidade crescente, onde as descobertas arqueológicas não se limitam a ser vestígios do passado, mas sim relatos vívidos que retratam a evolução da ocupação humana ao longo dos séculos. Este local liga-nos às nossas origens históricas e instiga-nos à reflexão sobre a nossa identidade e a nossa responsabilidade na preservação da memória coletiva.

Leceia oferece uma oportunidade singular para a comunidade explorar e compreender a sua herança cultural, enquanto promove um sentido de pertença.

É importante salientar que a sua localização acessível numa área urbana permite à comunidade envolver-se diretamente com o seu património histórico. A oportunidade de participar em atividades educativas e visitas ao Povoado enriquece a compreensão do passado e fortalece os laços comunitários, promovendo um maior apreço pela história e cultura da região.

A integração da história local no currículo educativo¹⁵ justifica-se não apenas como uma fonte essencial para uma compreensão mais profunda do passado, mas também como fundamental para a preservação das

¹⁵ Como referido nas Aprendizagens Essenciais das disciplinas de Estudo do Meio, Educação Artística – Artes Visuais; Educação Visual; História e Geografia de Portugal; Educação Tecnológica; História; História A; Teatro e História, Culturas e Democracias.

raízes de Oeiras. Este enquadramento não só desperta o interesse dos alunos pela arqueologia e pela história local, como também promove uma verdadeira Educação Patrimonial. Investir na Educação Patrimonial e na valorização do nosso legado cultural é primordial para construir um futuro mais consciente e sustentável. O Património Arqueológico de Leceia assume, assim, um papel determinante na formação das gerações vindouras, dotando-as de uma compreensão mais profunda das suas raízes históricas.

O trabalho de investigadores como João Luís Cardoso em Leceia ilustra o impacto positivo que a pesquisa arqueológica pode ter na nossa compreensão do passado e na construção da nossa identidade cultural. Ele representa uma valiosa oportunidade para nos ligarmos às nossas raízes e enriquecermos as nossas vidas através do conhecimento e da apreciação da história.

O decisivo apoio do Município de Oeiras à investigação, valorização e dignificação do Património Arqueológico evidencia a importância do poder autárquico em tais iniciativas. Desde, pelo menos, 1991, o Dr. Isaltino Morais e os sucessivos executivos municipais têm promovido a valorização de Leceia como um exemplo da política municipal focada no desenvolvimento equilibrado, integrando a identidade cultural do concelho. Este compromisso sublinha o papel fundamental da autarquia na promoção da investigação arqueológica e na preservação do património histórico de Oeiras, contribuindo significativamente para a revitalização da memória coletiva.

4.4.1 – Ações de divulgação e as visitas a Leceia

As ações de promoção implementadas em torno das escavações arqueológicas em Leceia evidenciam o compromisso contínuo do CEACO na valorização e divulgação do conhecimento científico e patrimonial. Este esforço manifesta-se na eficácia e amplitude dessas iniciativas, que contribuem significativamente para o reconhecimento e apreço pela história local.

Uma das principais estratégias de divulgação é a conceituada “Revista Estudos Arqueológicos de Oeiras”, cujo primeiro volume data de 1991, conforme mencionado anteriormente. Sob a responsabilidade editorial de João Luís Cardoso, assistido por um Conselho Assessor¹⁶ composto por reputados investigadores nacionais, a coleção conta já com 32 volumes publicados até 2023, estando previsto o lançamento de um novo volume para breve.

A continuidade desta publicação reflete o compromisso persistente com a investigação arqueológica e a divulgação regular dos resultados obtidos em Leceia (bem como em outras áreas do país), sendo indispensável para assegurar o intercâmbio com outras publicações internacionais¹⁷. Ao longo dos anos, a revista consolidou-se como uma das principais publicações arqueológicas de Portugal e da Península Ibérica, o que atesta a solidez do projeto. No seu conteúdo, encontramos uma diversidade de artigos sobre Leceia, assim como contribuições científicas referentes a outras estações ou pesquisas conduzidas por João Luís Cardoso em colaboração com outros investigadores.

¹⁶ O Conselho Assessor é presentemente composto por: Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa), Professor Doutor Nuno Bicho (Universidade do Algarve), Professor Doutor Alfredo Mederos Martín (Universidade Autónoma de Madrid), Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid), Professora Doutora Raquel Vilaça (Universidade de Coimbra) e o Professor Doutor Jorge de Oliveira (Universidade de Évora).

¹⁷ Atualmente, contabilizam-se 112 publicações periódicas de carácter arqueológico, abrangendo os principais títulos editados em países como Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Mónaco e Polónia, conforme descrito no relatório do CEACO de 2022, gentilmente partilhado pelo Professor Doutor João Luís Cardoso. As obras especializadas obtidas por meio destas permutas encontram-se atualmente disponíveis na biblioteca do CEACO e podem ser consultadas mediante solicitação prévia.

Para além disso, é digna de nota a presença de destacados catedráticos de Arqueologia, tais como Amílcar Guerra, Ana Bettencourt, Carlos Fabião, Jorge de Alarcão, José d'Encarnação, Nuno Bicho, Raquel Vilaça, Vítor Oliveira Jorge e Vítor S. Gonçalves, e eminentes arqueólogos europeus como Jean Guilaine e Martín Almagro, entre outros, cujas contribuições têm enriquecido os volumes da revista com apresentações e análises de elevada qualidade. Tal facto atribui um valor inestimável ao prestígio da publicação e à sua repercussão internacional no contexto dos estudos sobre Leceia. A validação do trabalho realizado em Leceia através de recensões e avaliações de monografias, reforça ainda mais a credibilidade e relevância das descobertas arqueológicas efetuadas na região.

A democratização do acesso ao conhecimento é fulcral para impulsionar o desenvolvimento intelectual e científico de uma sociedade. Neste sentido, a disponibilização dos conteúdos da revista e dos artigos científicos através da plataforma OJS (Open Journal Systems) representa um passo significativo neste processo. Ao tornar as descobertas e pesquisas realizadas em Leceia acessíveis a uma audiência global, esta ação não só amplia o alcance do conhecimento, mas também promove a partilha de ideias e o avanço do saber à escala internacional, reforçando assim a importância da colaboração e do intercâmbio de conhecimento no campo da Arqueologia.

A promoção direta através de colóquios, palestras e conferências assume um papel de maior importância na sensibilização e educação do público sobre a importância do Património Arqueológico de Oeiras. Estes eventos não só aprofundam o entendimento das pessoas acerca da relevância histórica e cultural da região, como também incentivam o envolvimento ativo na preservação e valorização do seu legado arqueológico. Como mencionado anteriormente, destacam-se dois eventos significativos para o ano de 2024: o ciclo de conferências “Pré-História do concelho de Oeiras”, a iniciar em fevereiro, e o III Colóquio Internacional “História das Ideias e dos Conceitos em Arqueologia”, programado para ocorrer no Templo da Poesia, em Oeiras, durante o mês de maio de 2024.

Como complemento às estratégias de divulgação acima registadas, foi adotada outra abordagem para promover a democratização da Arqueologia: a realização de atividades em diversos locais, desde museus e bibliotecas até espaços culturais e eventos ao ar livre. Este esforço reflete um empenho genuíno em incluir e envolver públicos diversos, demonstrando uma preocupação em tornar a Arqueologia acessível a comunidades heterogêneas e variadas. Ao expandir a presença da Arqueologia para além dos tradicionais ambientes académicos e museológicos, estas iniciativas contribuem para aumentar uma consciência coletiva sobre a importância da preservação do património cultural e para fortalecer os laços entre a sociedade e o seu passado histórico.

Outras iniciativas dignas de destaque incluem a exposição “Arqueologia do Concelho de Oeiras”, o seminário dedicado a Carlos Ribeiro, realizado em 2014 em colaboração com a Academia de Ciências de Lisboa, e a celebração do trigésimo aniversário do CEACO. Estes momentos não apenas proporcionam uma plataforma para partilhar descobertas e investigações com o público, mas também celebram o legado cultural e histórico da região de Oeiras.

A intervenção nos meios de comunicação social, através de entrevistas televisivas e reportagens em órgãos de comunicação nacionais e estrangeiros, também merece referência. Estas ações representam um esforço coordenado e abrangente de divulgação, com o objetivo de aumentar a visibilidade, o reconhecimento e a preservação do Património Arqueológico de Leceia, tanto para o grande público como para a comunidade local.

Por último, a instalação de um monumento alusivo ao Povoado Pré-Histórico de Leceia numa rotunda rodoviária, localizada em Leceia, demonstra um forte compromisso em envolver ativamente toda a comuni-

dade local. garante uma presença física constante e serve como um recurso visual permanente. Através da sua linguagem simbólica e estética distintas, contribui para a valorização e a disseminação do conhecimento sobre o povoado de Leceia, proporcionando aos residentes locais e visitantes a oportunidade de refletir sobre o passado sempre que o contemplam.

As diversas atividades culturais promovidas pelo CEACO são notáveis pela sua capacidade de atrair públicos de todas as idades. Destaca-se, por exemplo, o lançamento, em 2001, do livro juvenil em formato de banda desenhada “O povoado pré-histórico de Leceia”, escrito por Alexandre Gonçalves e José Santos. Além disso, o CEACO explorou o ambiente digital com a divulgação do vídeo educativo intitulado “Leceia 2500 a.C.”¹⁸, disponível tanto na plataforma municipal quanto no *YouTube*, evidenciando o interesse do centro em utilizar os meios digitais para continuar a educar e sensibilizar, especialmente em períodos de restrições decorrentes da pandemia de Covid-19.

Em 2017, o Município de Oeiras lançou o programa Oeiras Educa+¹⁹, parte integrante da sua estratégia educativa. O programa visa facilitar a ligação entre o ensino formal e as oportunidades educativas não formais em Oeiras, através de um portal online e de um serviço de transporte gratuito. O seu objetivo principal é estabelecer uma articulação eficaz entre o Ensino e o Território, aproveitando as características únicas do concelho para enriquecer o trabalho diário dos educadores.

Destacam-se entre as opções disponíveis as atividades da categoria “História e Património”, que incluem a possibilidade de participar numa “Visita Guiada ao Povoado Pré-histórico de Leceia”²⁰, acessível a estudantes de todos os níveis educacionais. Este serviço organiza percursos temáticos para os alunos do município, enfatizando áreas particularmente interessantes e de difícil acesso, o que permite uma observação alargada de toda a estação arqueológica. As visitas guiadas promovidas pelo CEACO, conduzidas pela Dra. Conceição André, representam uma das estratégias mais impactantes para a divulgação do património histórico de Oeiras. Através desta forma direta de interação, todos podem apreciar e usufruir do rico património histórico de Oeiras, com o serviço sendo oferecido de forma gratuita.

Neste estudo, conduzimos uma análise abrangente das visitas guiadas ao longo de um extenso período, de 1989 a 2022²¹. objetivo primordial foi compreender a dinâmica, a extensão e os desafios enfrentados, especialmente no contexto do impacto da pandemia de Covid-19. Concentramo-nos especificamente nos dados relativos a instituições educacionais, tanto públicas como privadas, abrangendo desde o pré-escolar até ao ensino secundário, além de outras entidades educativas paralelas, como centros de estudo, formação de professores, e atividades de tempos livres (ATLs), entre outros.

No estudo da variação anual das visitas guiadas, destaca-se uma tendência geral de estabilidade ao longo do período analisado, apesar de flutuações pontuais, o que indica uma consistência no interesse e na procura, mesmo em anos de redução significativa, como 1991, 2008, 2009 e 2014. A quebra observada pode ser atribuída, conforme discutido por João Luís Cardoso (2015), à limitação no financiamento escolar para transporte de alunos e a uma possível diminuição na promoção interna dessa atividade pelo CEACO. Além disso, as dificuldades enfrentadas pelos professores na implementação de atividades extracurriculares, mencionadas na segunda parte deste artigo, também podem ter contribuído para essa diminuição.

¹⁸ Vídeo educativo “Leceia 2500 a.C.” in <https://www.youtube.com/watch?v=mFghDoNEie4&t=10s>

¹⁹ Programa Oeiras Educa+ in <https://www.oeiraseduca.pt/>

²⁰ Visita Guiada ao Povoado Pré-histórico de Leceia in <https://www.oeiraseduca.pt/action/254>

²¹ Informações disponíveis no volume 31 da revista “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, dedicado a meio século de investigação em Leceia (1972-2022) (CARDOSO, 2022, p. 468-491) e Relatórios das Atividades desenvolvidas em 2022 e 2023 pelo CEACO.

Durante os anos de 2020 e 2021, após alcançar resultados mais promissores, sobretudo com a integração no projeto Oeiras Educa+, foram enfrentados novos desafios devido à pandemia de Covid-19, o que resultou numa substancial redução na procura das visitas guiadas. Atualmente, observamos uma recuperação total dos níveis pré-pandemia.

A diversidade de participantes é notória, desde os primeiros anos do ensino básico até às escolas secundárias. Observa-se também uma ampla cobertura de visitas por parte de jardins-escolas, bem como externatos, colégios, institutos e cooperativas de ensino.

Quanto à distribuição geográfica, é relevante notar que as visitas guiadas não se limitam exclusivamente às escolas situadas no concelho de Oeiras. Embora haja uma presença significativa nessa área, as visitas se estendem para outras regiões como Amadora, Aveiras de Cima, Bombarral, Cartaxo, Lisboa, Loures, Mafra, Massamá, Odivelas, Sacavém, Santarém, Seixal e Torres Vedras, devido à acessibilidade facilitada. É digno de nota o envolvimento de escolas localizadas em regiões mais distantes, como os Açores e Viseu, no ano de 1990.

Destaca-se ainda a participação ativa de centros de estudo e Atividades de Tempos Livres (ATLs), evidenciando o interesse dessas entidades na promoção de ambientes educativos diversos (1998, 2012, 2013, 2015 e 2016).

A organização de visitas direcionadas a grupos específicos também merece destaque, como exemplificado pelo grupo de Professores em 1997, que participou em visitas programadas aos Núcleos de Interesse Histórico no Concelho de Oeiras, e em 2000, quando outro grupo de Professores foi organizado pela Divisão de Património Histórico-Cultural da Câmara Municipal de Cascais, em colaboração com o Setor do Turismo do Município de Oeiras. Além disso, é relevante mencionar a colaboração entre o Centro de Formação de Professores de Carnaxide “Formar para Educar” e a Divisão de Educação da Câmara Municipal de Oeiras, no âmbito do projeto “Conhecer Oeiras”, durante os anos de 2000 e 2002. Esses exemplos destacam a importância das parcerias estabelecidas entre instituições educacionais e o Município de Oeiras na promoção de uma Educação Patrimonial de alta qualidade.

A participação dos alunos do Mestrado em Ensino da História/Geografia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 2012 é motivo de satisfação para nós. Este facto ilustra o compromisso de um Professor Cooperante e da Coordenação do referido Mestrado em integrar os valores patrimoniais na formação dos futuros professores. Assim, fica evidenciada a importância atribuída à preservação e promoção do património histórico e cultural como um elemento central na preparação dos novos educadores. Esta iniciativa enriquece o percurso académico dos mestrandos, capacitando-os para transmitir de forma mais eficaz a importância da salvaguarda e valorização do património cultural. Conforme destacado por Ocal (2016), o envolvimento das instituições universitárias é de suma importância no que tange à salvaguarda e transmissão do património histórico-cultural para as próximas gerações. É imprescindível que os futuros educadores recebam uma formação especializada nesse domínio, o que não só elevará a consciência sobre a relevância da preservação do património cultural, mas também fomentará um compromisso mais sólido com essa causa. Tal formação assume um papel fundamental na promoção de uma sociedade esclarecida e dedicada à conservação do legado cultural do passado. Em última análise, investir na qualidade e na diversidade dos currículos dos cursos de mestrado em ensino é essencial para capacitar os educadores a desempenhar eficazmente o seu papel na preservação e transmissão adequada deste património às próximas gerações.

A análise realizada permite-nos extrair várias conclusões pertinentes que esclarecem diferentes aspetos do presente estudo. Em primeiro lugar, destaca-se o papel principal do CEACO na condução desta prática educativa, evidenciando o seu empenho e responsabilidade na divulgação do legado histórico e arqueológico de Leceia.

Em segundo lugar, a participação ativa das escolas reflete um interesse contínuo e positivo nas experiências enriquecedoras fora da sala de aula, proporcionando aos alunos aprendizagem prática e interativa durante o trabalho de campo.

Terceiro, os dados evidenciam a importância do Povoado Pré-histórico de Leceia na educação formal, sendo um recurso educativo de grande valor que enriquece o conhecimento histórico e cultural da região de Oeiras e de Portugal.

Quarto, é relevante notar que garantir a continuidade deste recurso requer um planeamento cuidadoso das visitas e uma formação adequada dos professores. No entanto, é lamentável que exemplos de investimento das escolas nesse sentido tenham sido escassos ao longo dos anos, destacando-se apenas em 1997 e em 2000, ou provenientes do Centro de Formação de Carnaxide e da Universidade Nova de Lisboa, em 2000, 2002 e 2012. Como Professora Cooperante de um mestrado em ensino desde 2016, lamenta-se a falta de atenção dada a esta questão. Por isso, dedicamos esforços para sensibilizar os jovens professores estagiários a interessarem-se por esta temática, incentivando-os ativamente a participar em visitas de estudo e atividades relacionadas com o património cultural local.

Por último, investir na preservação e promoção do Povoado Pré-histórico de Leceia equivale a investir no enriquecimento educacional e na perpetuação da identidade cultural, não apenas de Oeiras, mas de Portugal como um todo. Como salientado por Dias (2017), estaremos a “dar um melhor futuro ao nosso passado”, honrando-o e construindo as bases para um futuro mais consciente.

4.4.2 – Uma abordagem interdisciplinar - Oeiras: Regresso às Origens

A preservação do património histórico é um tema central na construção e manutenção da identidade cultural de uma sociedade. O Povoado Pré-Histórico de Leceia exemplifica este legado, oferecendo uma perspetiva única do passado e uma fonte valiosa de conhecimento sobre as nossas raízes históricas. Neste âmbito, destaca-se a importância de proteger e valorizar este património, enfatizando as diversas etapas de um projeto educativo voltado para o seu estudo e conservação.

A implementação dos Domínios de Autonomia Curricular (DAC) pela Portaria n.º 223-A/2018, visa adaptar o ensino às mudanças sociais, promovendo a interdisciplinaridade e integração curricular. Este paradigma redefine o currículo nacional, desenvolvendo competências essenciais para os desafios contemporâneos e oferecendo flexibilidade para personalizar o ensino às necessidades dos alunos e contextos locais.

Neste cenário, propomos a implementação de um DAC pelo Clube do Património da ESQM ao longo do presente ano letivo, através do projeto “**Oeiras: Regresso às Origens**”. O modelo educativo seguirá a metodologia de projeto e visa principalmente promover a valorização e preservação do património cultural de Oeiras, incluindo os seguintes objetivos específicos:

1. Investigar a memória cultural arqueológica da região de Oeiras, com especial foco no Povoado Pré-Histórico de Leceia.
2. Incentivar a responsabilidade e a participação ativa da comunidade na preservação e valorização do património arqueológico.
3. Reforçar os laços de identidade e pertença dos habitantes de Oeiras com o seu território, reconhecendo o património arqueológico como um elemento essencial da sua herança coletiva.

O projeto foi concebido com o intuito de integrar um vasto leque de disciplinas para alunos do 7.º ano de escolaridade. Esta abordagem visa proporcionar uma visão completa e multifacetada, permitindo explorar

o projeto sob diversas perspectivas disciplinares, tais como Português, Inglês, Espanhol, Francês, História, Geografia, Cidadania e Desenvolvimento, Matemática, Físico-Química, Ciências Naturais, Educação Visual, Oficina de Projeto, Educação Física e TIC.

No que concerne à metodologia, serão adotados princípios e abordagens que promovem a participação dinâmica dos alunos. Destacam-se métodos ativos de aprendizagem, pedagogia centrada em projetos, dinâmicas colaborativas, cooperativas e de auto-organização, bem como a promoção da interdisciplinaridade e da interculturalidade. A participação dos encarregados de educação e outros agentes culturais também será incentivada.

Cada professor do Conselho de Turma procede à seleção das AE²² pertinentes à sua área de ensino. As áreas de competência do PASEO²³ também são definidas, realçando-se as competências pessoais e sociais como o relacionamento interpessoal, o respeito, a responsabilidade, a autonomia e a cooperação.

O projeto inicia-se com duas fases essenciais: contextualização e motivação. Inicialmente, será realizada uma apresentação do Povoado Pré-Histórico de Leceia, utilizando recursos visuais e interativos como um *teaser* promocional e o vídeo educacional disponível na plataforma municipal ou no *YouTube*. Seguir-se-á uma palestra com o Professor Doutor João Luís Cardoso sobre a importância da arqueologia, destacando a relevância histórica e cultural do povoado. Esta palestra servirá de ponto de partida para um debate sobre o papel da comunidade na proteção do património, incentivando uma reflexão sobre a responsabilidade coletiva na conservação da herança cultural local.

Seguidamente, os alunos terão o primeiro contacto direto com o Povoado Pré-Histórico de Leceia através de uma visita guiada, explorando o sítio arqueológico e participando em atividades como elaboração de diário, relatório fotográfico, guião de visita, entrevistas, desenhos e vídeos.

Após a fase inicial, o projeto será expandido para englobar atividades interdisciplinares, oferecendo aos alunos experiências educativas abrangentes e integradoras. Isso permitirá a articulação de conhecimentos de diversas áreas do saber e fomentará uma compreensão mais profunda da história e cultura locais.

Na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, os estudantes serão integrados no Clube do Património, estabelecendo-se um ambiente propício para a partilha de ideias e a absorção das experiências adquiridas durante a visita a Leceia. Através de diálogo aberto e construtivo, abordar-se-ão as diversas ameaças ao património, concebendo estratégias para a sua salvaguarda. Os alunos serão incentivados a partilhar visões e propostas para proteger o povoado e garantir a sua continuidade para as gerações futuras. O debate ampliar-se-á para refletir sobre a importância da preservação do património cultural na construção da identidade coletiva, estimulando reflexões sobre identidade cultural e pluralidade.

No contexto desta disciplina, será ainda organizado um *workshop* de Formação de Guias Jovens, oferecendo aos alunos competências e experiência prática para atuarem como guias durante um dia na visita a Leceia. Paralelamente, realizar-se-á uma ação de voluntariado dedicada à limpeza e conservação do Castro, unindo alunos, familiares e membros da comunidade local num esforço conjunto para preservar este importante património histórico²⁴.

²² Aprendizagens Essenciais.

²³ Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória.

²⁴ As iniciativas patrimoniais devem conter uma responsabilidade social, integrando a comunidade local na preservação e valorização do património cultural e natural, enquanto promovem o desenvolvimento sustentável e a inclusão socioeconómica dos habitantes locais. Isso não só promove o sentido de pertença à comunidade, como também fortalece os laços entre os habitantes e o seu património cultural e ambiental.

Destaca-se ainda a iniciativa *SOS PATRIMÓNIO!*, na qual os alunos assumirão a responsabilidade de sensibilizar a comunidade sobre a importância da preservação do património cultural de Oeiras, utilizando diversas ferramentas de comunicação para alcançar um público diversificado e alargado.

Na disciplina de Português, os alunos serão envolvidos numa oficina de escrita criativa, que convida os alunos a viajar no tempo e tecerem narrativas ficcionais²⁵ inspiradas nesse período longínquo. Com os contos e poemas darão voz à imaginação, enquanto os relatórios de pesquisa histórica aprofundarão o conhecimento sobre o povoado, aprimorando a escrita formal e o domínio da linguagem. Para partilharem as suas experiências e descobertas com a comunidade, os alunos contribuiriam com artigos para o jornal escolar ou local.

Em Espanhol, os alunos terão a oportunidade de expressar a sua criatividade e conhecimento cultural através da criação de um mural com citações em espanhol sobre a vida na pré-história e de descobrir sítios arqueológicos da mesma época em Espanha. “Descobrimo a Pré-História em Espanha: Viagem no Tempo” é uma atividade na qual os alunos embarcam numa expedição virtual para desvendar sítios arqueológicos pré-históricos espanhóis. Serão também desafiados a desenvolver materiais de divulgação em espanhol para a campanha de sensibilização sobre a preservação do património histórico, com o intuito de alcançar um público mais diversificado e internacional. Isso incluirá a elaboração de *posters*, *flyers*, infografias, vídeos e publicações em redes sociais para divulgar a mensagem de forma atrativa e eficaz.

Na disciplina de Inglês, os alunos contribuirão para a campanha de sensibilização sobre a preservação do património histórico através da criação de materiais de divulgação em inglês, como panfletos ou vídeos informativos. Os participantes também terão a oportunidade de praticar as suas competências linguísticas e criatividade através da produção de curtos vídeos em *stop motion*. Sob o título “Viagem no Tempo Através da Animação”, os alunos darão vida a histórias sobre o Povoado Pré-Histórico de Leceia utilizando a técnica de *stop motion*. Para isso, explorarão a sua criatividade e utilizarão materiais reciclados. Os vídeos serão narrados em inglês, contando histórias relacionadas com o Povoado Pré-Histórico de Leceia. Com o intuito de alcançar um público global e estimular o interesse pela história e cultura de Leceia, os vídeos serão publicados em plataformas online, como *YouTube* e *Vimeo*.

Em Francês, os alunos terão a oportunidade de explorar a Pré-História Francesa ao criar um *poster* interativo utilizando a plataforma *Thinglink*, destacando um sítio arqueológico pré-histórico específico de França. Esta abordagem permitirá uma exploração autónoma do conteúdo, capacitando os alunos a aprenderem ao seu próprio ritmo e de acordo com os seus interesses individuais. Além disso, a atividade estimulará o desenvolvimento de habilidades de comunicação, colaboração e resolução de problemas.

Em História, os alunos participarão em diversas atividades, incluindo a visualização de recursos visuais para contextualizar o povoado, pesquisa detalhada sobre diferentes aspetos da história local e estudo de objetos museológicos para compreender a sua origem e significado cultural (contexto histórico, função, materialidade). Além disso, terão a oportunidade de simular uma escavação arqueológica em pequena escala, e com réplicas de artefactos, aprendendo sobre as metodologias de campo, incluindo a identificação, registo e análise dos materiais arqueológicos²⁶. Essas iniciativas já estão em prática, sendo promovidas pelo CEACO em cooperação com várias escolas do Ensino Básico no concelho de Oeiras.

²⁵ Consiste na representação de um dia na vida dos habitantes do povoado de Leceia, com o objetivo de proporcionar aos participantes uma experiência imersiva na vida quotidiana da época.

²⁶ Através da experimentação e da investigação ativa, esta atividade procura sensibilizar os participantes para as técnicas e métodos utilizados pelos arqueólogos na recolha de dados, convidando os alunos a desempenharem um papel ativo na construção do conhecimento sobre o seu próprio passado.

Na disciplina de Geografia, os alunos explorarão as características geográficas da região onde está situado o povoado pré-histórico, utilizando ferramentas cartográficas e participando em saídas de campo. Refletirão também sobre a importância da preservação do meio ambiente, através de debates e projetos de sensibilização ambiental em colaboração com as organizações locais.

A disciplina de Matemática será integrada no projeto através da aplicação de conceitos matemáticos na análise dos dados arqueológicos e geográficos, como a interpretação de mapas e medição de distâncias, sendo estes conceitos utilizados para estimativas de volumes e estatísticas relacionadas com o Povoado Pré-Histórico de Leceia.

Em Física-Química, os alunos realizarão experiências práticas para compreender as propriedades físicas e químicas dos materiais utilizados pelos povos pré-históricos na construção de ferramentas e utensílios. Estudarão também os processos de preservação e degradação de materiais arqueológicos, analisando as reações químicas envolvidas e os métodos de conservação utilizados para proteger e estudar o património histórico. Conhecerão igualmente os procedimentos das datações por radiocarbono.

Na disciplina de Ciências Naturais, os alunos estudarão a flora e fauna local para identificar espécies autóctones e exóticas nos arredores do sítio arqueológico de Leceia. Realizarão saídas de campo e estudos geológicos para compreender a formação das paisagens e a composição do solo, contribuindo para a compreensão do contexto ambiental em que o povoado pré-histórico se desenvolveu. Além disso, desenvolverão atividades de sensibilização ambiental, como palestras, workshops e eventos práticos, promovendo a importância da preservação do património natural em conjunto com o património cultural.

Em Educação Visual, os alunos procederão à elaboração e ilustração de uma *fanzine*²⁷, *integrando textos, ilustrações e fotografias produzidas por estes. Os alunos participarão também num workshop* de arte²⁸ inspirado na pré-história, utilizando diferentes materiais (argila, tintas naturais e tecidos) Posteriormente, as suas criações serão exibidas numa exposição aberta ao público. Também terão a oportunidade de experimentar diferentes formas de expressão artística, como desenho, pintura, escultura e fotografia, durante uma oficina criativa orientada por artistas convidados. Para enriquecer ainda mais a experiência dos visitantes, os alunos criarão uma instalação artística temporária no espaço do povoado pré-histórico, utilizando materiais naturais e artefactos inspirados na história e no ambiente do local, oferecendo uma experiência visual e sensorial aos visitantes.

Na disciplina de Educação Física, será organizada uma Caça ao Tesouro Arqueológica, um *peddy-paper*²⁹ que utilizará técnicas de orientação para guiar os participantes através do povoado pré-histórico, desafiando-os a descobrir pistas e resolver enigmas relacionados com a história e os artefactos encontrados no local³⁰.

Em Oficina de Projeto, será concebido o *Kit do Visitante*³¹, contendo materiais informativos, mapas, guias e objetos interativos de fácil manuseamento para enriquecer a experiência dos visitantes durante a sua visita ao povoado pré-histórico. Serão também concebidos jogos didáticos para os jovens, como *puzzles* e jogos de

²⁷ O livro dirigido aos mais jovens visa desenvolver uma consciência preservacionista do património cultural.

²⁸ Nesta atividade, os participantes poderão expressar sua criatividade, criando obras de arte como pinturas, esculturas ou fotografias, todas elas inspiradas pelo sítio arqueológico em análise. Além disso, terão a chance de expor os seus roteiros fotográficos ou painéis de fotografias, bem como exibir os vídeos filmados durante a exploração do local.

²⁹ Os participantes poderiam ser divididos em equipas e teriam de encontrar objetos/artefactos arqueológicos escondidos no sítio arqueológico.

³⁰ Atividade lúdica que permite aos participantes explorar o sítio arqueológico de forma divertida e educativa.

³¹ Recriação de um conjunto de objetos arqueológicos de Leceia, permitindo o seu manuseamento pelos visitantes do sítio arqueológico.

tabuleiro, entre outros, proporcionando uma forma divertida de aprender sobre o período pré-histórico e o povoado visitado.

No âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), os alunos utilizarão as ferramentas digitais para pesquisa, organização de dados e criação de apresentações multimídia, desenvolvendo competências digitais essenciais. Desenharão um *website* ou *blog* do projeto para partilha dos seus avanços, descobertas e reflexões não só com a comunidade escolar, mas também com o público em geral. Além disso, elaborarão roteiros e percursos virtuais³² utilizando códigos QR para identificar os espaços do povoado e da exposição monográfica, incluindo narrações áudio e elementos interativos como jogos e *quizzes*. Também realizarão um *Video mapping* para uma experiência visual imersiva e atrativa.

No encerramento do projeto, procederemos à sua comunicação e divulgação junto da comunidade escolar e local e entidades municipais. Esta fase incluirá a apresentação de um *eBook* e uma série de *podcasts* dedicados ao estudo do Povoado Pré-Histórico de Leceia, além de um *making off*. Nestes materiais, reuniremos todos os contributos obtidos ao longo do desenvolvimento do projeto, permitindo assim uma ampla disseminação do conhecimento adquirido.

No contexto de um mundo cada vez mais digital, reconhecemos a importância de investir em novas formas de divulgação e comunicação para projetos culturais e científicos. Tanto o *eBook* como a série de *podcasts* podem desempenhar papéis significativos neste sentido, sendo ferramentas pertinentes e impactantes. O *eBook* terá a capacidade de reunir uma diversidade de conteúdos visuais e textuais, tais como imagens das obras de arte dos alunos, fotografias do sítio arqueológico e textos explicativos, oferecendo uma experiência completa e acessível aos seus leitores. Ao incluir entrevistas e depoimentos dos participantes, torna-se mais pessoal e testemunhal, enquanto os *links* interativos podem enriquecer a experiência com recursos adicionais online. Por sua vez, os *podcasts* exploram diferentes aspetos do projeto de maneira auditiva e imersiva, abordando narrativas históricas e trilhas sonoras originais. Disponibilizados em plataformas de *streaming* de áudio e promovidos nas redes sociais e no portal do Município de Oeiras, teriam o potencial de alcançar um público amplo e diversificado, tornando o acesso ao conhecimento e às experiências do projeto mais inclusivo e democrático.

A realização deste projeto destaca de forma notável a pertinência da abordagem interdisciplinar no âmbito educativo, evidenciando como a articulação de conhecimentos provenientes de distintas áreas do saber pode enriquecer substancialmente o processo de ensino-aprendizagem. Esta sinergia não apenas amplia o entendimento dos alunos sobre os temas abordados, mas também fomenta o desenvolvimento de competências transversais, como autonomia, responsabilidade, pensamento crítico, criatividade e colaboração, entre outras áreas de competência delineadas pelo PASEO.

Um outro aspeto de relevância é o reconhecimento do património histórico e cultural local como uma ferramenta pedagógica de elevado valor. Ao explorarem o ambiente que os rodeia, os alunos estabelecem uma conexão mais profunda com a sua comunidade, enquanto assumem um compromisso com a preservação desse património. Este apreço pelo contexto local enriquece o currículo escolar de forma significativa, promovendo um maior respeito e admiração pelo património cultural e ambiental, especialmente o arqueológico.

Além disso, o projeto ilustra de forma eloquente a importância da colaboração entre instituições educativas, a comunidade local e entidades externas. Esta colaboração enriquece o processo educativo ao introduzir diferentes perspetivas e recursos no ambiente de aprendizagem, fortalecendo as relações entre os intervenientes e promovendo uma abordagem educativa mais inclusiva.

³² Esta atividade consiste na criação de materiais que facilitem a visita ao sítio arqueológico, quer presencialmente, quer à distância.

Por último, importa realçar a integração das novas tecnologias digitais como ferramentas facilitadoras do processo de ensino-aprendizagem. A utilização de recursos multimédia e tecnológicos torna todo o projeto mais dinâmico, atrativo e interativo, permitindo uma disseminação mais ampla do conhecimento, aumentando assim o alcance e o impacto das experiências educativas.

Em resumo, vislumbramos que este projeto possa atingir um estágio avançado de apropriação³³ na Educação Patrimonial, caracterizado pelo envolvimento emocional na valorização do património. Esta fase reflete a compreensão dos participantes em relação ao património, visando estimular o envolvimento emocional, a assimilação do conhecimento, o desenvolvimento da capacidade de expressão própria, a participação criativa e a valorização do património cultural. Como já mencionado diversas vezes neste trabalho, reforçamos a ideia de que ao promover o conhecimento e a apropriação dos bens culturais, a Educação Patrimonial torna as políticas de preservação mais acessíveis e participativas, garantindo assim a continuidade da herança cultural.

Modelos pedagógicos como o apresentado não só contribuem para o desenvolvimento académico, mas também para a formação de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com o património. Neste contexto, destaca-se o potencial transformador de uma educação que reconhece a cidadania, a história, o património e a cultura como fundamentos essenciais para o progresso e a sustentabilidade da sociedade.

Como complemento ao modelo pedagógico apresentado, sugerimos a realização de uma exposição itinerante sobre o Povoado Pré-Histórico de Leceia, em colaboração com o CEACO. Esta iniciativa destaca-se pela sua importância educativa e cultural, assumindo um papel marcante na democratização do conhecimento e na valorização do património histórico local. Através da sua mobilidade, a exposição alcançará um grande número de alunos, transcendendo os limites físicos da sala de aula e promovendo a igualdade de oportunidades no acesso à informação.

Para garantir a eficácia junto ao público-alvo, a exposição deverá ser cuidadosamente elaborada de forma atrativa e pedagogicamente acessível. Nesse sentido, sugerimos a inclusão de elementos visuais, como desenhos, imagens e recriações de objetos do quotidiano, habitações e atividades da época, que facilitará a compreensão e assimilação dos conteúdos pelos alunos.

A fim de tornar a experiência ainda mais envolvente e memorável, propõe-se a adoção de uma abordagem narrativa. A criação de uma história fictícia protagonizada por um jovem habitante do Povoado, desdobrada ao longo dos cartazes da exposição, despertará a curiosidade e o interesse dos alunos, facilitando a contextualização dos conteúdos e promovendo a identificação com o passado.

Através da exposição itinerante sobre o Povoado Pré-Histórico de Leceia, embarcaremos numa jornada pelo tempo, revelando os segredos de um passado remoto e construindo pontes entre o presente e a história e cultura de Oeiras.

5 – NOTAS FINAIS

Ao longo deste estudo, investigamos a interrelação entre património, identidade e memória, tomando como estudo de caso o Povoado Pré-histórico de Leceia, em Oeiras. Esta análise proporcionou-nos uma oportunidade única para examinar a relevância destes três conceitos na compreensão da história e da identidade de uma sociedade.

³³ Como defendido no Guia Básico de Educação Patrimonial.

A trajetória do conceito de património, desde a sua origem como legado individual até à sua definição contemporânea como um bem coletivo que reflete a identidade nacional, demonstra um crescente reconhecimento da importância do património cultural. Este não apenas fomenta a coesão social, mas também alimenta um sentimento de pertença e bem-estar nas comunidades. Através do património, estabelecemos uma conexão com o passado, incorporando as narrativas e os valores que nos definem como grupo social.

Por sua vez, a memória desempenha um papel determinante na construção da identidade. Os “lugares de memória”, como o Povoado Pré-Histórico de Leceia, servem como marcos referenciais, transmitindo narrativas históricas e contribuindo para a formação de uma visão plural do passado. Ao preservarmos e valorizarmos estes locais emblemáticos, asseguramos que a memória coletiva seja preservada e transmitida às gerações futuras, garantindo assim a continuidade da nossa história. Mais do que meros vestígios do passado, os bens patrimoniais são elementos vivos que contribuem para a edificação da nossa identidade e para a compreensão do mundo em que habitamos.

A crescente consciencialização sobre o valor do património exige a implementação de estratégias eficazes para a sua gestão e proteção. A colaboração sinérgica entre entidades públicas, privadas e a sociedade civil é vital, assim como a adesão a convenções internacionais que visam salvaguardar o património cultural. Neste contexto, a Educação Patrimonial emerge como um pilar fundamental na construção de uma sociedade mais consciente, inclusiva, democrática e sustentável. Ao promover o conhecimento e a valorização do património cultural, estimulando uma reflexão crítica sobre o passado, presente e futuro, a Educação Patrimonial capacita os indivíduos a contribuírem ativamente para uma sociedade mais justa e sustentável, preparando as gerações atuais e futuras para serem os seus defensores.

Esta abordagem holística da Educação Patrimonial pode induzir mudanças de atitudes, fomentar a consciência cívica e cultural, e reabilitar a relação entre património e coletividade. O conhecimento e a compreensão do local onde residimos não apenas possibilitam um vínculo afetivo, mas também promovem um sentido de pertença. A apropriação desse conhecimento conduz à valorização, contribuindo assim para o processo de preservação sustentável do património cultural e reforçando os laços de cidadania.

Em Portugal, a Educação Patrimonial formal enfrenta diversos desafios significativos que dificultam o seu pleno desenvolvimento. Destacam-se a falta de uma coordenação estratégica eficaz e a ausência de diretrizes curriculares específicas dedicadas a este domínio de estudo. Além disso, existem lacunas na capacitação dos professores³⁴ para abordar questões relacionadas com o património cultural, assim como na disponibilização de recursos adequados para apoiar o ensino e a aprendizagem nesta área. Este descompasso pode resultar em abordagens fragmentadas e desarticuladas, prejudicando assim a capacidade de transmitir de forma abrangente e interdisciplinar o valor e a importância do património cultural aos alunos. Ao comparar as iniciativas de outros países, como o Brasil, França ou Espanha, é evidente que Portugal está aquém em termos de investimento e abordagem à Educação Patrimonial.

Face a estes desafios, é imperativo realizar esforços conjuntos e concertados para promover a integração do património nos currículos escolares de forma assertiva, abrangente e interdisciplinar. Tal requer a colabo-

³⁴ É imprescindível que os Centros de Formação de Docentes ofereçam programas formativos voltados para a educação no campo do património. Essas formações capacitam os professores com as competências necessárias para abordar esse tema de forma eficaz em sala de aula. As ofertas podem abranger conhecimentos sobre a relevância do património cultural e natural, estratégias pedagógicas para integrar o património nos currículos escolares, métodos de ensino participativos e práticos, e maneiras de envolver os alunos de maneira significativa com o seu património local e global.

ração entre diferentes partes interessadas, incluindo o governo, as instituições educativas, os professores, as organizações da sociedade civil e as comunidades locais, sem esquecer os especialistas da área.

Ao integrar o património nos currículos escolares, os alunos podem ser preparados de forma mais integrada para se tornarem cidadãos críticos e responsáveis pela preservação do seu legado cultural e dos outros. Desta forma, poderemos erguer uma sociedade onde a educação e a cultura sejam reconhecidas como fundamentos essenciais para o progresso humano e social. Esta abordagem não só fortalece a compreensão e o apreço pelo património cultural, como também promove uma maior consciência sobre a importância da sua preservação para as gerações futuras. De acordo com Gil (2000), desenvolver uma educação que se baseie na memória e no património é essencial para criar um sentido de pertença, estimular a reflexão crítica e promover uma compreensão mais profunda das histórias silenciadas, subalternizadas e da vida.

No caso específico do povoado pré-histórico de Leceia, essa interligação entre património, identidade e memória torna-se ainda mais evidente. Este sítio arqueológico representa um elo tangível com o passado e as origens de Oeiras, proporcionando-nos uma oportunidade ímpar de conexão com as nossas raízes e de compreensão da evolução da nossa sociedade. A sua localização, próxima da área urbana e de fácil acesso, aliada ao incansável apoio do CEACO e do Município de Oeiras, transforma este sítio num palco ideal para o desenvolvimento de projetos educativos inovadores, fomentando a compreensão da história local e o sentimento de pertença.

As atividades realizadas no local ultrapassam a mera descoberta histórica, desempenhando um papel fundamental na formação da identidade cultural local e na orientação do futuro. A divulgação científica e patrimonial, através de visitas guiadas e programas educativos cuidadosamente elaborados, revela-se determinante para sensibilizar o público para a importância do património arqueológico. Esta ação assume um papel preponderante para uma educação patrimonial de excelência e para a valorização do legado cultural português.

O projeto “Oeiras: Regressar às Origens” surge como um complemento à oferta educativa já existente no CEACO, proporcionando uma componente educativa formal e contextualizada. Através da integração do domínio de autonomia curricular (DAC), dos referenciais curriculares portugueses, de metodologias ativas e de projeto, da interdisciplinaridade e das tecnologias digitais, este projeto ambiciona alcançar uma compreensão mais profunda da história de Leceia e das raízes dos oeirenses. Esta iniciativa visa enriquecer a experiência educativa e fortalecer os laços dos alunos com o seu património, contribuindo para a construção de uma identidade local mais robusta e coesa.

É relevante destacar que as raízes locais da população de Oeiras são dinâmicas, e a história local pode oferecer um contributo notável na árdua procura por essa identidade. Através da exploração do Povoado Pré-histórico de Leceia e da implementação de projetos educativos inovadores, como o “Oeiras: Regressar às Origens”, podemos fomentar o sentimento de pertença e fortalecer a identidade cultural da comunidade oeirense.

O presente estudo contribui para a reflexão sobre o estado da Educação Patrimonial em Portugal e apresenta propostas para o seu desenvolvimento. A transversalidade e a interdisciplinaridade são elementos-chave para uma Educação Patrimonial eficaz. Através da articulação com diferentes áreas do conhecimento, o património pode ser explorado de forma mais rica e profunda, promovendo uma compreensão integral da nossa história e identidade.

A autonomia e flexibilidade das escolas, através de instrumentos como o projeto educativo, o plano anual de atividades ou os domínios de autonomia curricular, abre portas para o desenvolvimento de iniciativas inovadoras de valorização do património cultural. O processo de municipalização da educação também pode ter aqui uma contribuição muito interessante para a afirmação da Educação Patrimonial formal nas escolas, permitindo uma maior adequação às realidades locais.

A formação de professores em Educação Patrimonial é determinante para garantir a qualidade e a efetividade das práticas educativas. A criação de recursos educativos diversificados e acessíveis também é fundamental para apoiar o trabalho dos professores e promover a aprendizagem dos alunos.

Importa ainda reforçar que a Educação Patrimonial não se deve limitar aos primeiros anos do ensino básico, nem às áreas artísticas ou sociais-humanas. Ela é uma responsabilidade de todos e deve ser integrada de forma transversal ao longo do percurso escolar, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e responsáveis pela preservação do seu legado cultural.

Na sequência da análise realizada, constatamos que a instituição de um Observatório Português e de uma Rede Nacional de Escolas dedicadas à Educação Patrimonial seria de suma importância para fomentar a inovação, promover a colaboração entre diferentes instituições e difundir as melhores práticas nesse campo. Tais iniciativas fortaleceriam o papel das escolas na preservação e valorização do património cultural, contribuindo assim para uma maior consciencialização e apreço pelo legado histórico e cultural de Portugal.

É fundamental continuarmos a investir na Educação Patrimonial, e na articulação entre políticas educativas e culturais, para construirmos um futuro onde o passado seja valorizado, preservado e celebrado por todos, contribuindo para uma sociedade mais rica em conhecimento, coesa e consciente da importância do seu passado para o seu futuro.

“(…) Em todo este processo, cabe ao professor um dos papéis mais importantes: ensinar que o património é apropriado e reapropriado pelas comunidades para reivindicarem as suas identidades culturais particulares, mas sempre em contextos de deslocação quer no espaço, quer no tempo. **E agora professor, vamos educar para o património?** (…)” (Magalhães, 2005)

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor João Luís Cardoso pelo apoio inestimável e dedicado à realização deste estudo, assim como pelo honroso convite para publicação na prestigiada revista sob a sua direção.

Ao CEACO, em especial à Dra. Conceição André, pela preciosa colaboração durante o desenvolvimento deste estudo.

Ao Município de Oeiras pelo apoio financeiro prestado através da Bolsa de Estudo a Docentes 2021/2022.

REFERÊNCIAS

Fontes

Agenda 2030 – Objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS). BCDS Portugal.

Associação Internacional das Cidades Educadoras (2020) – *Nova Carta das Cidades Educadoras*.

Carta de Atenas. ICOMOS. 1931.

Carta de Cracóvia. ICOMOS. 2000.

Carta de Porto Santo. Abril de 2021.

Carta de Veneza. ICOMOS, 1964.

Carta Internacional Sobre a Proteção e a Gestão do Património Arqueológico. ICOMOS. Lausanne (Suíça): 1990.

Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. UNESCO. 2003.

Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. UNESCO, 2005.

Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial. Unesco. 2003.

Declaração de Québec. ICOMOS. 2008.

Declaração do México. ICOMOS, 1982.

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 16/2019/A, de 23 de julho. *Diário da República.* 1ª Série. 139. (23-7-2019) 32.

DECRETO-LEI n.º 164/2014, de 4 de novembro. *Diário da República.* 1ª Série. 213. (4-11-2014) 5633-5640.

DECRETO-LEI n.º 36/2023, de 26 de maio. *Diário da República.* 1ª Série. 102. (26-05-2023) 6-27.

DECRETO-LEI N.º 55/2018, de 6 de julho. *Diário da República.* 1ª Série. 129. (06-07-2018). 2928-2943.

DECRETO-LEI N.º 75/2008, de 22 de abril. *Diário da República.* 1ª Série. 79. (22-04-2008). 2341-2356.

DECRETO-LEI N.º 78/2023, de 4 de setembro. *Diário da República.* 1ª Série. 171. (04-09-2023). 130-142.

DESPACHO 12771/2022, de 3 de novembro. *Diário da República.* 2ª Série. 212. (03-11-2022). 759-866.

DESPACHO N.º 5908/2017, de 5 de julho. *Diário da República.* 2ª série. 128 (5-7-2017). 13881.

Direção Geral da Educação - *Plano Nacional das Artes.* 2019.

Direção Geral de Educação - *Aprendizagens Essenciais – Ensino Básico.* 2018.

Direção Geral de Educação - *Aprendizagens Essenciais – Ensino Secundário.* 2018.

Direção Geral de Educação - *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.* 2017.

Direção Geral de Educação - *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.* 2017.

LEI n.º 107/2001, de 8 de setembro. *Diário da República.* 1ª Série-A. 209. (8-9-2001). 5808.

LEI n.º 13/85, de 6 de julho. *Diário da República.* 1ª Série. (1985-07-06).

PORTARIA n.º 388/2023, de 23 de novembro. *Diário da República.* Série I. 227. (2023-11-23). 34-40.

Recomendação de Paris – Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural. In Iphan. dezembro de 1962.

Recomendação R (98) 5 sobre Educação patrimonial. Council of Europe. Committee of Ministers. 17/3/1988.

Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular. In Iphan. novembro de 1989.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 47/2008. D.R. 1ª série. 177. (2008-09-12). 6640-6652.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 71/97, de 16 de dezembro. D.R. Série I-A. 289. (16-12-1997). 6624-6638.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Sílvia Isabel Brochado (2017) – “Só se ama o que se conhece...”: *Contributos da História local no Ensino da História.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

AREIAS, Emanuel Filipe Gregório (2021) – *Perceções de professores de História sobre a área curricular de História, Geografia e Cultura dos Açores.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BARCA, Isabel; SOLÉ, Maria Glória Parra Santos; PINTO, Helena; LOPEZ, Ramón Facal; GIL, Tània Martínez & SABATÉ, Miquel (2015) – Educação Histórica e Educação Patrimonial. Novos desafios. *II Seminário*

- Internacional de Educação patrimonial – Contributos para a Construção de uma consciência Patrimonial.* Universidade do Minho: centro de Investigação em Educação.
- Comissão Nacional da UNESCO (2012) – Património Mundial nas Mãos dos Jovens – Kit pedagógico para uso dos educadores.
- CANAU, Joel (2012) – *Memória e identidade*. S. Paulo: Editora Contexto.
- CARDOSO, João Luís (1997) – *O povoado de Leceia (Oeiras), sentinela do Tejo no terceiro milénio a.C.* Lisboa/Oeiras: Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, João Luís (2000) – *Sítios, Pedras e Homens, trinta anos de arqueologia em Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 9).
- CARDOSO, João Luís (2003) – *O povoado pré-histórico de Leceia no quadro da investigação, recuperação e valorização do património arqueológico português. Síntese de vinte anos de escavações arqueológicas (1982-2002)*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, João Luís (2007) – *Pré-história de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CARDOSO, João Luís, ed. (2009) – *Volume comemorativo do XX aniversário do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 17).
- CARDOSO, João Luís (2011) – *Arqueologia do Concelho de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, João Luís (2022) – *O povoado pré-histórico de Leceia, cinquenta anos de trabalhos arqueológicos (1972-2022)*, Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 31).
- CATROGA, Fernando (2001) – *Memória, História e Historiografia*. Lisboa: Quarteto Editora.
- CHOAY, Françoise (2017) – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.
- CONDEÇO, Luís Guilherme Silva (2022) – *Educação patrimonial para as escolas: favorabilidades e fragilidades no concelho da Moita*. Lisboa: ISCTE.
- DEMARCHI, João Lorandi (2016) – Perspectivas para atuação em educação patrimonial Revista CPC. São Paulo. 22. p. 267-291.
- DEMARCHI, João Lorandi (2018) – O que é, afinal, a educação patrimonial? Uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial. Rev. CPC. S. Paulo. 13 (25), p. 140-162.
- GIL, Carmem Zeli de Vargas (2020) – Investigações em educação patrimonial e ensino de história (2015-2017). *CLIO*. Recife. 38.
- GONÇALVES, Ana & DE MARI, Cezar Luiz (2023) – *Os projetos políticos pedagógicos da educação patrimonial: uma análise das propostas de educação patrimonial presentes nos documentos internacionais da Unesco*. Scielo.
- HALBWACHS, Maurice (1990) – *A memória coletiva*. S. Paulo: Edição Vértice.
- HORTA, M.L.P.; GRUNBERG, E. & MONTEIRO, A.Q. (1999) – *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Iphan. Museu Imperial.
- JOÃO, Maria Isabel (2005) – *Memória, História e Educação*. Braga: Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho.
- JOÃO, Maria Isabel (1999) – Nação, identidade e memória: notas para um debate. In *Discursos. Língua, cultura e Sociedade*. Lisboa. Série 3, 1, p. 259-271.
- LE GOFF, Jacques (1990) – *História e Memória*. S. Paulo: Editora Unicamp.
- LOWENTHAL, David (1985) – *The Past is a foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press.

- MAGALHÃES, Fernando (2005) – Património e Educação que relação? *A Página da Educação*. 143.
- MARTINS, Susana Maria Santos (2017) – *De quantas histórias se faz o currículo nacional? O currículo de História no 3º Ciclo do Ensino Básico e a construção de currículos locais*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- MERILLAS, Olaia Fontal et al. (2018) – Personas y patrimonios: análisis del contenido de textos que abordan los vínculos identitarios. *MIDAS*. Évora. 9.
- NABAIS, José Casalta (2008/2009) – A legislação do património arqueológico e sua evolução. *Arqueologia & História*. Lisboa. 60/61.
- NORA, Pierre (1989) – Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire. *Representations*. University of California. 26.
- PARRADO, Patrícia Silva (2016) – *A educação patrimonial no Museu do Fado*. Lisboa: ISCTE.
- PEREIRA, M. da P. R., & CARDOSO, A. P. P. O. (2010) – A escola e a educação patrimonial: perspectivas de intervenção. *Millenium - Journal of Education, Technologies, and Health*. Viseu. 38 (15), p. 107-123.
- PINTO, Helena (2016) – *Educação histórica e patrimonial: conceções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente*. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».
- POLLAK, Michael (1989) – Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. 2 (3), p.3-15.
- POLLAK, Michael (1992) – Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. 5 (10), p. 200-212.
- RAMOS, Ana Isabel Aziago Marques (2009) – *O lugar da educação patrimonial no currículo escolar*. Évora: Universidade de Évora.
- SCIFONI, Simone (2017) – desafios para uma nova educação patrimonial In *Revista Teias*. 18, n.º 48.
- RICOEUR, Paul (2003) – Memória, história, esquecimento. *Haunting memories? History in Europe after Authoritarianism*. Conferência Internacional. Budapeste.
- TOLENTINO, Átila (2016) – O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. *Educação patrimonial – políticas, relações de poder e ações afirmativas. Caderno Temático 5*. Paraíba: IPHAN, p. 39-48.
- UNESCO (2010) – *Incorporating education for sustainable development into world heritage education: a teacher's guide*.